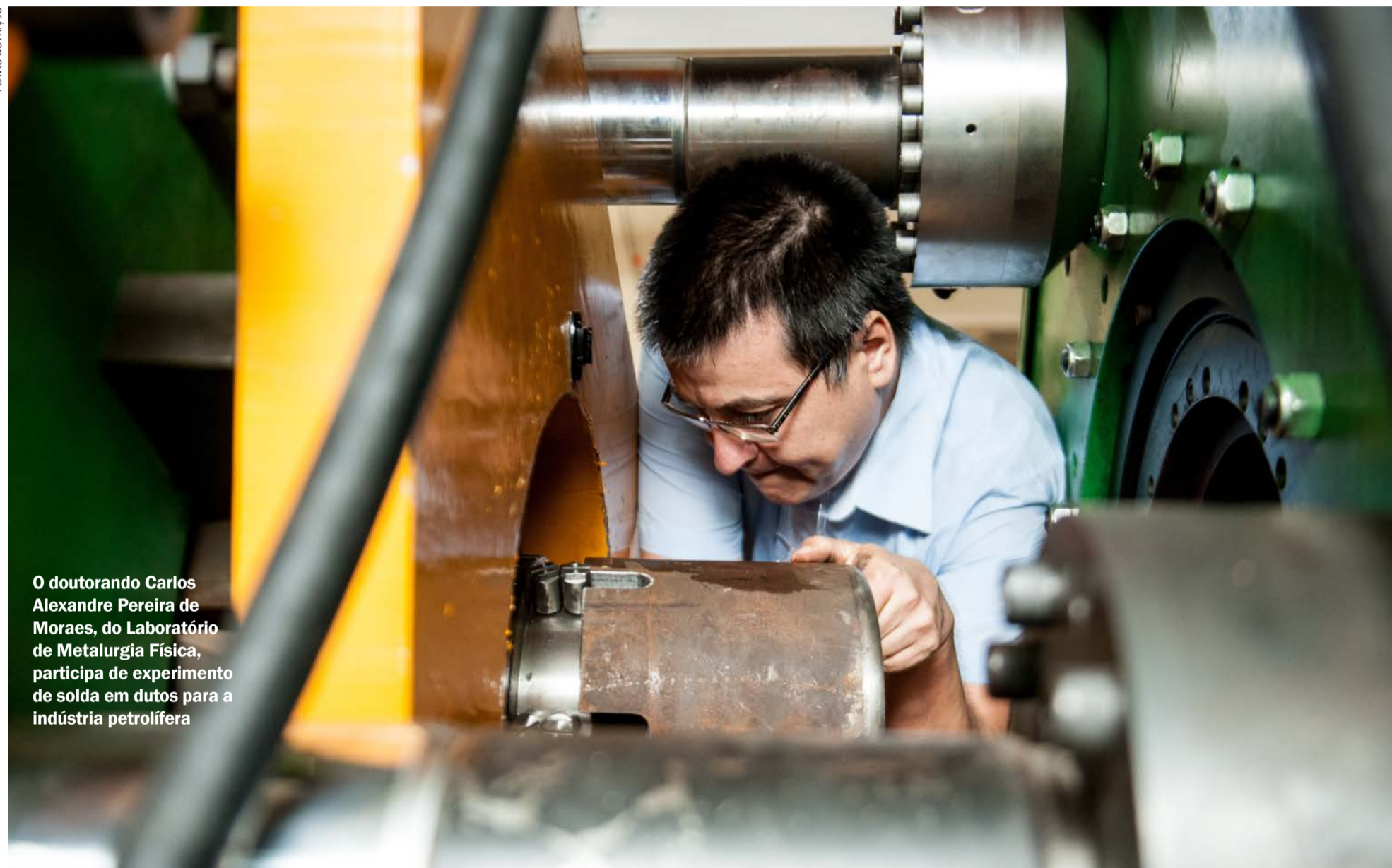


Inovação turbinada

FLÁVIO DUTRA/JU



O doutorando Carlos Alexandre Pereira de Moraes, do Laboratório de Metalurgia Física, participa de experimento de solda em dutos para a indústria petrolífera

Marco Legal Sancionado em janeiro pela presidente da República, o novo Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação se propõe a dinamizar as atividades de pesquisa e desenvol-

vimento no Brasil. Em que pesem os avanços trazidos pelo documento, na visão de professores envolvidos na interação com empresas, alguns pontos precisam ser aprofundados. Além

disso, nas áreas que dependem da importação de insumos ou equipamentos, os vetos sofridos pelo Marco mantiveram alguns entraves que dificultam a atividade investigativa.

CadernoJU

FLÁVIO DUTRA/JU

QORPO SANTO

Montagem premiada na reabertura da Sala



P6

Macri e os rumos da Argentina

A política de redução dos gastos governamentais no país vizinho resultou na diminuição do número de funcionários públicos e em cortes nos subsídios a serviços essenciais. Tendo assumido em dezembro, o novo presidente argentino Mauricio Macri vem atuando de forma a se contrapor à herança kirchnerista. Na esteira dessas medidas, especialistas ressaltam que o tema da integração permanece obscuro, já que o dirigente é alinhado aos Estados Unidos e ainda não explicitou a sua política para a América Latina.



P10

CRISE NO BRASIL

Pesquisadores avaliam instabilidade política e as ameaças à democracia

P5

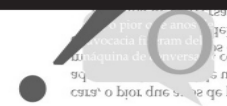
EJA

Jovens e adultos ainda sem educação garantida P8

UFRGS Ciência

Novo portal para divulgar a produção científica P11

MAURICIO MACRI/FLOKAR



Espaço da Reitoria

Carlos Alexandre Netto
Reitor

Universidade e crise

O Brasil está mergulhado em profunda crise econômica e política. As turbulências dos mercados internacionais e a dimensão da dívida pública, aliadas às revelações das operações anticorrupção, acabaram por criar um cenário de desinvestimento no qual a arrecadação pública caiu vertiginosamente. A crise fiscal já traz prejuízos ao custeio da Universidade. Tal situação, potencializada pela espetacularização de seus fatos e agentes, já ameaça as conquistas do virtuoso ciclo da expansão com inclusão e qualidade do ensino superior; uma solução de continuidade das políticas sociais e da educação seria ainda mais trágica para o futuro do país. Somos todos responsáveis pela defesa da Universidade, da democracia e dos ideais republicanos, do diálogo e da justiça social.

Mas é no plano político

que a crise é mais grave. Uma campanha iniciada ainda em janeiro de 2015 vem dificultando a governabilidade e dividindo os brasileiros, como bem demonstrado nas manifestações populares. Estabeleceu-se um ambiente beligerante e sensível na sociedade, e aqueles que assumem posições diversas são potenciais inimigos.

O Conselho Pleno da Andifes, associação que reúne os Reitores das Universidades Federais, divulgou nota pública em 17 de março, ratificada na última reunião do Conselho Universitário da UFRGS. O documento manifesta preocupação com o agravamento da crise e, sobretudo, com as recentes ameaças à ordem constitucional e aos direitos civis, políticos e sociais do povo brasileiro. Também repudia o uso de interpretações políticas

parciais em substituição aos preceitos constitucionais que, necessariamente, devem fundamentar qualquer processo de impedimento de mandatário legitimamente conquistado nas urnas.

A universidade é um espaço de criatividade acadêmica, liberdade de pensamento e pluralidade de ideais. O confronto de posições é válido, desde que expresso no plano das ideias e do discurso, preservado o respeito e a tolerância às opiniões discordantes.

Neste momento crítico, devemos zelar pela institucionalidade. A crise é um duro teste para a ainda jovem democracia brasileira – e será vencida. Configura uma oportunidade por demais valiosa e dolorosa para a reflexão e o fortalecimento dos princípios republicanos expressos na Constituição Federal.

UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Av. Paulo Gama, 110 - Bairro Farroupilha, Porto Alegre - RS | CEP 90046-900
Fone: (51) 3308-7000 | www.ufrgs.br

Reitor
Carlos Alexandre Netto

Vice-reitor
Rui Vicente Oppermann

Chefe de Gabinete
João Roberto Braga de Mello

Secretário de Comunicação Social
Ricardo Schneiders da Silva

Vice-secretária de Comunicação Social
Edina Rocha

JORNAL DA UNIVERSIDADE
Publicação mensal da Secretaria de Comunicação Social da UFRGS
Fones: (51) 3308-3368 / 3308-3497
Email: jornal@ufrgs.br

Conselho Editorial
Alex Niche Teixeira, Ânia Chala, Ângela Terezinha de Souza Wyse, Antonio Marcos Vieira Sanseverino, Carla Maria Dal Sasso Freitas, Cida Golin, Flávio Antônio de Souza Castro, Michèle Oberson de Souza, Ricardo Schneiders da Silva, Rosa Maria Bueno Fischer

Editora Ânia Chala

Subeditora Jacira Cabral da Silveira

Repórteres Ânia Chala, Felipe Ewald, Jacira Cabral da Silveira e Samantha Klein

Projeto gráfico Juliano Bruni Pereira e Kleiton Semensatto da Costa (Caderno JU)

Diagramação Kleiton Semensatto da Costa

Fotografia Flávio Dutra (Editor)

Revisão Antônio Palm Falcetta

Bolsista (Jornalismo) João Pedro Teixeira

Circulação Cristiane Lipp Heidrich

Fotolitos e Impressão Gráfica da UFRGS

Tiragem 14 mil exemplares

ufrgsnoticias

Erramos

- Na edição 186, na matéria *Amigável regresso*, a fonte ouvida foi Luciano da Costa, e não Cristiano, conforme consta no texto;
- Na edição 187, as fotografias da capa são de Flávio Dutra.

Artigo

Desafio aos cidadãos da capital

Recebi esta foto de colega da turma médica de 1976, lamentando o destino do antigo prédio da nossa Faculdade de Medicina da UFRGS. O que vemos aqui não é uma caso de vandalismo isolado. A região da avenida João Pessoa está toda pichada e degradada como nunca se viu em Porto Alegre antes. O mesmo acontece em outras áreas, acompanhando o crescimento assustador da violência impune que faz de todos nós – pobres, remediados e ricos – sobreviventes casuais. A impressão é de que não só o poder público, mas a comunidade como um todo abriu mão da nossa capital, desistiu de fazer dela um local de convivência saudável, de embelezá-la, de cuidar dela e de quem nela vive. O cenário é de derrota, de caos... agravado agora por tantas árvores mortas e ainda abandonadas em nossas ruas e parques em consequência do último temporal.

Mas, se o vandalismo no prédio histórico da FAMED não é fato isolado, ele pode ser um ponto de virada neste processo. Qualquer cidade mundo afora com um patrimônio de prédios históricos tão lindos junto a um espaço maravilhoso como o Parque da Redenção estaria lutando para encontrar formas de valorizá-lo. Creio serem poucos os que passam pela área da UFRGS no Centro e se veem num Câmpus Universitário. E isso porque não há mais apenas um [quarteirão], sacrificado pela cidade em benefício de vias de trânsito intenso que atravessam por entre seus prédios.

Como ocorre em todos os locais em que se constroem viadutos, a degradação no entor-



MÁRIO MARCOS DE SOUZA/ACERVO PESSOAL

no se instala. Diminui o fluxo de pedestres, aumenta a poluição, o ruído e a feiura local. Quem pode se muda, como aconteceu com a FAMED, e o que fica vai pouco a pouco se deteriorando. Quando alguém dirige embriagado e mata outro, diz-se que há homicídio culposo, pois a pessoa, ao tomar a decisão de dirigir nessas condições, assumiu o risco de cometer assassinato. Como deveríamos enquadrar políticos e empreendedores que decidem pela cidade embriagados por seus

interesses de curto prazo, assumindo o risco de sacrificarem interesses maiores da comunidade?

Não sei como se deu a decisão de permitir a construção de um viaduto na João Pessoa, mas o viaduto e o corredor de ônibus desta avenida (e também o corredor da Av. Oswaldo Aranha) são visivelmente fontes de degradação para uma das regiões mais nobres da cidade: a área em torno do Parque Farroupilha.

Mas isto não é destino! Hoje vários locais

do mundo estão reavaliando as obras públicas e buscando favorecer seus cidadãos com mais espaços de convivência a partir do que antes eram espaços para transporte sobre rodas. A High Line de Nova York é inspiradora nesse sentido. Em São Paulo, cogita-se implodir o Minhocão. Por que não fazer o mesmo com o Viaduto da João Pessoa, reconstituir o Câmpus Central da UFRGS e revalorizar o conjunto de prédios históricos maravilhosos que esta cidade tem? Que opções existem, em áreas nobres como o entorno do Parque Farroupilha, para os terríveis corredores de ônibus que matam tudo ao seu redor?

Este é um desafio para os urbanistas e todo os que gostam de Porto Alegre. Como melhorá-la? Como renovar a cidade, priorizando as pessoas?

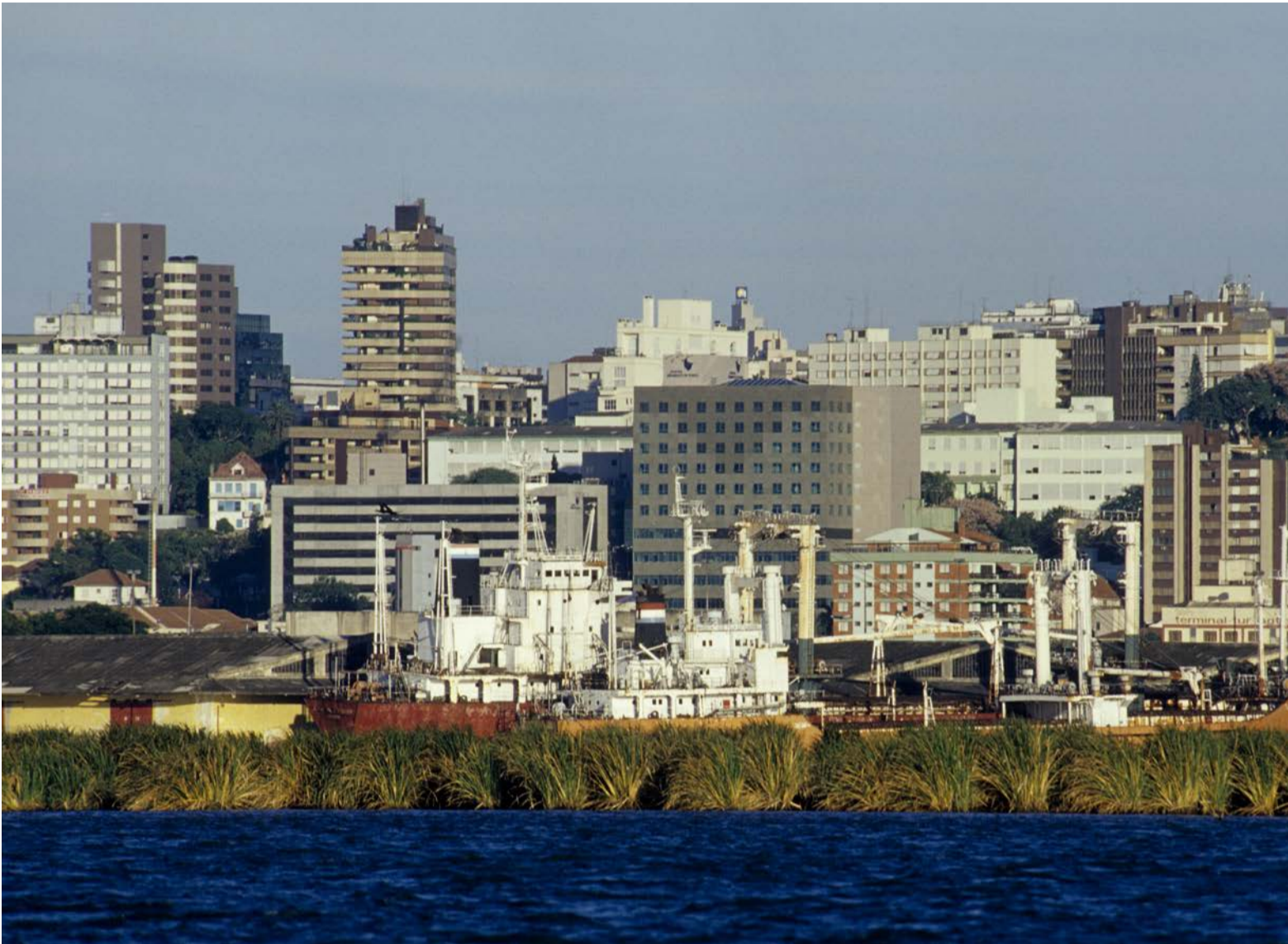
Pensar nesta área em nenhum momento significa desconsiderar as periferias. A redução da violência e a valorização da cidade dependem de todos se sentirem parte integrante dela. E isto se faz, concretamente, com investimentos locais em infraestrutura, transporte, lazer, educação, cultura, etc.

Mas também está demonstrado que degradação chama mais degradação, e não apenas nas periferias. Creio que precisamos de ideias ousadas que consigam capturar o imaginário da cidade. Este poderia ser um tema para as próximas eleições municipais.

Maria Inês Azambuja
Médica, professora da FAMED/UFRGS,
Programa Saúde Urbana



FLÁVIO DUTRA/ARQUIVO JU - JAN/2012



A UFRGS e a Prefeitura de Porto Alegre promovem o III Encontro de Cidades e Universidades, que reúne representantes do Mercosul

Um olhar para as cidades

De 11 a 13 deste mês, a UFRGS recebe representantes dos países que integram o Mercosul. Eles participarão do *III Encontro de Cidades e Universidades*, numa organização conjunta com a Prefeitura de Porto Alegre, a Rede Mercociudades, que reúne lideranças das administrações municipais, e a Associação de Universidades Grupo Montevidéu (AUGM), que congrega 31 instituições do Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile e Bolívia, e cuja presidência atual está ao encargo do reitor Carlos Alexandre Netto.

Com o objetivo de fortalecer e dinamizar os processos de vinculação, cooperação, transferência e gestão tecnológica entre o sistema universitário e o sistema urbano regional, o evento ocorre a cada dois anos. A primeira edição foi realizada em Santa Fé, na Argentina, cidade marco na criação da AUGM. A palestra de abertura será ministrada pela diretora da Oficina Regional de Ciência da Unesco para América Latina e Caribe, Lúcia Brito.

Durante a atividade, serão apresentados trabalhos acadêmicos e relatos de experiências de gestão dentro dos cinco eixos temáticos: *Desenvolvimento Local Planejamento Territorial Meio Ambiente e Gestão de Risco; Inclusão Social; Governo Digital; Desenvolvimento Cultural; e Questão de Fronteiras*. De acordo com o coordenador acadêmico da reunião, o secretário de Relações Internacionais da UFRGS, Nicolas Maillard, “a ideia é que os gestores da Mercociudades tragam seus relatos e experiências para debater os problemas dos dois lados [poder público e universidade] e as possíveis soluções que possam

conectar as duas redes”.

Uma das justificativas que contribuiu para a criação do encontro é o fato de as instituições de ensino superior estarem inseridas nas comunidades e dependerem dos serviços que as administrações municipais oferecem (no caso brasileiro, pois em outros países as unidades administrativas recebem outras denominações): transporte público, sistema hídrico, saneamento, atividades culturais, saúde pública, etc. Nesse contexto, por serem local de produção de conhecimento, de tecnologia e de cultura, as universidades podem colaborar para o desenvolvimento de projetos na busca de soluções aos problemas vividos na administração das cidades.

Integração possível – Rodrigo Corradi, coordenador da Gerência das Relações Internacionais da Prefeitura de Porto Alegre, também ressalta a importância do evento para a aproximação entre universidades e as administrações municipais. Segundo ele, tanto a Redeciudades como a AUGM reconhecem que existe uma desconexão entre as percepções de ambas as instituições quanto aos problemas a serem resolvidos no gerenciamento das unidades federativas em toda a América Latina. “É uma lógica diferente”, justifica, mas a expectativa, conforme o dirigente, é de que, a partir desses encontros, seja possível estabelecer pontos de conexão entre os atores das duas redes vinculadas ao Mercosul.

Para ilustrar como essa parceria já acontece entre a prefeitura de Porto Alegre e a UFRGS, ele men-

ciona a gestão compartilhada do Escritório Regional do Observatório Internacional de Democracia Participativa (OIDP) para a América Latina, através do ObservaPOA (Observatório da Cidade de Porto Alegre) e do Departamento de Pós-graduação em Sociologia. São ainda parceiros do OIDP o Instituto Latino Americano de Estudos Avançados e o Programa de Pós-graduação em Ciências Políticas, ambos da UFRGS.

Rodrigo diz que o OIDP é um espaço disponível a todas as cidades – independentemente do continente em que se localizam –, entidades, organizações e centros de investigação que tenham interesse de conhecer, intercambiar e aplicar experiências sobre democracia participativa no âmbito local para ampliar seus conhecimentos a respeito de democracia no governo das cidades.

Por indicação da prefeitura de Porto Alegre, foi acrescentada à programação a temática referente às fronteiras. O interesse pelo assunto surgiu já em 2014 quando a presidência da Redeciudades encontrava-se na capital gaúcha: “É um tema estratégico para a integração regional pela percepção das cidades”, reforça o coordenador, e dificilmente as grandes cidades vão se ater a essas questões, pois geralmente se encontram distantes das fronteiras. “E esse é um tema transversal que implica áreas como a educação, a saúde, etc.”

Atividades culturais – Além dos grupos de estudos, da apresentação de trabalhos e palestras, o *III Encontro de Cidades e Universidades*

conterá com uma programação cultural variada, que será realizada tanto dentro do câmpus universitário quanto em locais externos. No saguão do Salão de Atos serão realizadas atividades culturais – uma delas é a exibição de videorrelatos de pessoas ou coletivos que participarão do Encontro, tendo como tema a apresentação livre de sua cidade.

No mesmo local, será montada a exposição *Na Porto Alegre da Copa, os ritmos de uma construção destrutiva ou destruição construtiva*, que resulta da oficina de formação em pesquisa com suportes audiovisuais desenvolvida pelo Núcleo de Antropologia Visual da UFRGS entre 2013 e 2014, com o objetivo de etnografar os processos de transformação urbana da capital gaúcha.

Entre as atividades externas, está programada para o dia 11 de abril, às 20 horas, na Praça Professor Ernani Fiori, em frente à reitoria, a intervenção artística Ocupa Tapumes, que se constitui num conjunto de proposições artísticas, a serem realizadas por artistas locais e internacionais que trabalham com o espaço público e por professores e alunos das universidades que integram o Grupo Montevidéu. O local escolhido para as pinturas ou aplicações artísticas será o tapume que isola o canteiro das obras de revitalização da orla do Lago Guaíba e o entorno. A programação inclui ainda a exibição de filmes na Sala Redenção. O roteiro completo pode ser conferido na Agenda Cultural da Universidade, disponível nas diferentes unidades e também no site www.ufrgs.br/cidadesuniversidades/.



Simplifísica

Explicando a Teoria dos Jogos

Pedra, papel e tesoura. Provavelmente você já tenha ouvido falar desse jogo. Algo tão simples, tão banal como essa brincadeira, pode exercer, dentro de suas limitações, uma grande influência sobre a vida de alguns animais e também na harmonia de alguns ecossistemas.

A partir de observações em algumas espécies de répteis, pesquisadores e estudiosos constataram que a natureza, apesar de ser extremamente complexa, pode ter na sua essência uma dinâmica simples e compreensível. A Teoria dos Jogos, que será discutida no programa *Simplifísica* chamado *Pedra, papel, tesoura e Spock*, é um ramo da matemática aplicada que estuda situações estratégicas nas quais jogadores escolhem diferentes ações na tentativa de melhorar o seu retorno. Inicialmente desenvolvida como ferramenta para compreender o comportamento econômico e depois usada por uma corporação para definir estratégias nucleares, a Teoria dos Jogos é hoje adotada por diversos campos acadêmicos. Por exemplo, biólogos utilizam esse princípio para compreender e prever o desfecho da evolução de certas espécies. Alguns pesquisadores a usam também para entender determinadas características fenotípicas de populações, como comportamentos de cooperação e sobrevivência. Já os historiadores a empregam para saber o porquê de alguns fatos sobre a 1.ª Guerra Mundial, como a política do *live and let live*.

Neste programa *Simplifísica*, o professor do Instituto de Física da UFRGS Jefferson Arenzon procura explicar a Teoria dos Jogos e de que forma ela pode vir a influenciar a nossa vida. De uma maneira simples e dinâmica, com analogias aos mais diferentes temas, ele mostra em alguns minutos como a Física pode ser plural e interdisciplinar, aproximando áreas como a Biologia, a História e a Matemática. Além disso, propõe discussões e problematiza com os participantes temas cotidianos que são objetos de estudo na sua área.

Jonata Fabris, estudante de Jornalismo da Fabico

Assista ao programa

Simplifísica vai ao ar nos dias 7 e 14 de abril, às 18h e às 23h, na UNITV, canal 15 da NET, e pode ser acompanhado pela internet, ao vivo, através do site unitv.tv.br.



FLÁVIO DUTRA/JU

Novas estratégias de controle de *Aedes aegypti*



Onilda Santos da Silva*

Aedes aegypti e *Aedes albopictus* são conhecidas como as mais importantes espécies de mosquitos transmissoras de agentes de doenças virais (arbovíroses) ao homem, como dengue, chikungunya e, mais recentemente, zika.

A Organização Mundial da Saúde estima que de 50 a 100 milhões de casos de dengue ocorram anualmente no mundo e que mais de 2,5 bilhões de pessoas estejam em risco de infecção. É também a doença que, comparada a outras infecções virais transmitidas por insetos, mais causa morbidade e mortalidade.

Com relação à chikungunya, o vírus pode induzir ou até mesmo agravar doenças reumáticas em pessoas infectadas, podendo levar à dor constante nas articulações, além de deformações dos membros afetados.

O vírus zika, que parecia ser um arbovírus benigno, tem levado a população brasileira à preocupação constante em relação à ampla distribuição dos mosquitos vetores, em especial *Aedes aegypti*. O Ministério da Saúde investiga 5.909 casos suspeitos de microcefalia registrados de 2015 a 27 de fevereiro deste ano.

Na ausência de uma vacina eficaz, a prevenção e o controle de surtos e de transmissão endêmica desses arbovírus dependem de um extensivo manejo do vetor. Nesse aspecto, o emprego de inseticidas químicos e hormônios de crescimento tem sido crucial na prevenção e no controle dessas doenças infecciosas. Esse monitoramento, no entanto, está sujeito a vários problemas, como o alto custo para o governo, os efeitos adversos sobre organismos não alvo, os danos ambientais devido aos resíduos desses agentes químicos e, principalmente, a seleção de populações de mosquitos resistentes. Dessa forma, o estudo de candidatos a inseticidas químicos botânicos e de micro-organismos que possam influenciar no desenvolvimento biológico desses insetos é de grande rele-

vância, uma vez que podem contribuir para o incremento de novas estratégias de controle de arbovíroses no Brasil.

Em nosso grupo de pesquisa, alocado no Setor de Parasitologia do Instituto de Ciências Básicas da Saúde, temos avaliado, já há vários anos, alguns compostos botânicos, químicos isolados e micro-organismos com potencial para o desenvolvimento de novos inseticidas. Esses estudos, que têm sido financiados por vários órgãos de fomento, envolvem pesquisadores de diferentes áreas de atuação da UFRGS, estudantes de mestrado e doutorado do Programa de Pós-graduação Agrícola e do Ambiente, bem como aqueles alunos de Iniciação Científica.

Na natureza, existem inúmeras plantas que são inseticidas naturais e muitas espécies têm sido utilizadas tanto popularmente como na indústria química para o controle de várias espécies de insetos. Um bom exemplo dessas plantas refere-se à andiroba e à copaíba, para as quais tivemos vários projetos financiados com o objetivo de estudo e criação de larvicidas e adulticidas naturais. Assim, temos testado diferentes formulações aquosas, etanólicas, isoladas e incorporadas in natura em micro e nanocápsulas.

Em nossos estudos, enfocamos também micro-organismos candidatos ao controle de mosquitos. Dentre eles, destacam-se protozoários que podem possibilitar inúmeras interações simbióticas, comensais e parasitárias. Como vários desses organismos podem compartilhar o mesmo habitat aquático das formas larvais de *Ae. aegypti* e de *Ae. Albopictus*, centralizamos nossa pesquisa em dois candidatos. Primeiramente, destacamos Amebas de Vida Livre (AVL) do gênero *Acanthamoeba*, além de duas espécies de bactérias.

Anteriormente, publicamos um estudo relacionado à interação entre *Ae. aegypti* e *Acanthamoeba polyphaga* em condições de laboratório. No bioensaio, essas amebas foram oferecidas como fonte alimentar para larvas do mosquito, e posteriormente

conseguiu-se reisolar as amebas de larvas, pupas e adultos. Isso demonstrou que parte dessas amebas não é ingerida pelos mosquitos, mas que elas invadem e colonizam os tecidos do inseto.

Para confirmar essa teoria, com apoio financeiro do CNPq, avaliamos a prevalência dessas amebas em larvas coletadas na natureza. Os isolados encontrados foram caracterizados morfológicamente e submetidos à técnica de reação em cadeia da polimerase – serve para amplificar o DNA PCR para confirmação do gênero e sequenciamento de DNA, visando à identificação das espécies. Das larvas coletadas, em 90% isolaram-se AVLs, sendo que 87% dos indivíduos isolados pertencem ao gênero *Acanthamoeba*. Estas amebas são consideradas o “cavalo de Troia” para várias espécies de bactérias, por promoverem um ambiente intracelular adequado para a sua sobrevivência. Com base nesse argumento, estamos dando continuidade às análises e verificando se essas amebas podem ser associadas a bactérias entomopatogênicas (bactérias que matam insetos).

Algumas espécies dessas bactérias têm sido investigadas por sua potencial atividade em insetos de importância agrônômica, em especial aquelas pertencentes aos gêneros *Photorhabdus* e *Xenorhabdus* (**Enterobacteriaceae**). Tais bactérias são associadas simbioticamente a larvas de nematódeos parasitos de insetos. Esses nematódeos carregam as bactérias no intestino ou em vesículas especiais quando se encontram em estágio infectivo (larvas). Os nematódeos penetram em larvas de insetos pelos espiráculos ou por outros orifícios naturais e chegam à hemocele (cavidade no corpo dos insetos por onde passa a hemolinfa, que é o seu sangue). Uma vez no sistema circulatório dos insetos, os nematódeos regurgitam as bactérias diretamente na hemolinfa. Elas, então, se replicam rapidamente e estabelecem uma infecção letal, com fatores de virulência por um complexo de toxinas inseticidas que matam os insetos em 48 horas. Em adição, algumas espécies produzem

enzimas muito parecidas com antibióticos, que influenciam na competição com outras bactérias presentes no intestino dos insetos, e, com isso, garantem sua própria infecção.

Com o objetivo de estudar essas bactérias para o controle de *Ae. aegypti*, oferecemos uma colônia de duas espécies como fonte alimentar às larvas. Como resultado, obtivemos 85% de morte larval em 24 horas. Além disso, observamos um forte comportamento de canibalismo entre as larvas, indicando a potencialidade dessas bactérias para o controle dos mosquitos. Esses resultados constituíram uma base importante para o uso dessas bactérias como bioinseticidas para o controle de mosquitos no futuro. Em nosso laboratório, continuamos testando outras possibilidades do uso dessas bactérias em larvas e adultos de *Ae. aegypti* e temos tido excelentes resultados, como a mortalidade de 100% das larvas quando se usa apenas a solução de crescimento das bactérias. Observamos, por exemplo, que aquelas larvas tratadas com soluções congeladas previamente, fervidas e mantidas em temperatura ambiente, apresentam diferentes formas de controle das larvas. Entretanto, é necessário que mais estudos sejam desenvolvidos a fim de que se possa melhor entender a potencialidade dessas bactérias no controle desses mosquitos. Dessa forma, estamos avaliando, juntamente com um colega da UFRGS e com um grupo alemão da Universidade de Munique, quais componentes dessas bactérias seriam responsáveis pela morte das larvas, uma vez que a cada espécie de bactéria cabe liberar substâncias específicas para matar diferentes espécies de insetos.

Com vários anos de pesquisa na área de controle de mosquitos e com as expertises dos pesquisadores colaboradores, teremos em breve resultados conclusivos para a produção de inseticidas naturais.

*Professora do Departamento de Microbiologia, Imunologia e Parasitologia, docente permanente do PPG em Microbiologia Agrícola e do Ambiente

Ameaças à democracia

Crise política
Pesquisadores analisam recentes acontecimentos que repercutem na estabilidade do governo

Jacira Cabral da Silveira

Instalada desde o final do primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff, a Operação Lava Jato, que investiga denúncias de corrupção no âmbito da Petrobras, completa dois anos de atuação, promovendo uma série de ações que repercutem nas ruas em manifestações pró e contra a presidência da República, potencializando a polarização em torno da ideia de impeachment. Para analisar tal cenário, o Jornal da Universidade conversou com os professores e cientistas políticos Céli Pinto, do Programa de Pós-graduação em História, e André Marengo, do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, ambos da UFRGS.

É possível afirmar que estamos presenciando uma crise entre os poderes de Estado?

Céli Pinto: A pergunta é precedente. Há uma crise entre os poderes e, mais do que isso, há uma incapacidade entre os poderes da República de se colocarem enquanto tal. Temos uma profunda crise do Executivo que não consegue mais encaminhar uma agenda para o país. E um presidencialismo em que o presidente da República ou o grupo que domina perde o poder de agenda se torna muito complicado. Nós temos um Legislativo completamente desmoralizado, completamente fragmentado e sob a direção de uma figura que é tida como alguém extremamente envolvido com corrupção. Por outro lado, temos um Judiciário que, diante da fragilidade do Legislativo e do Executivo, se alça como o grande poder. Isso é delicado porque perde um pouco do seu aspecto institucional quando se personaliza. Atualmente temos não o poder Judiciário, mas o juiz Moro. Isso começou em 2012 com Joaquim Barbosa. Hoje, o poder Judiciário é o juiz Moro, o ministro Gilmar Mendes. Por outro lado, temos um Ministério Público procurando espaço de espetacularização. Sim, há uma crise muito séria entre os poderes, mas é consequência de um processo que vem se desenvolvendo nos últimos anos.

André Marengo: A Constituição de 1988 produziu um desenho institucional que simultaneamente reforçou poderes e prerrogativas do Executivo e do Judiciário. De um lado, interpretando os elementos que levaram à crise de 46, ampliou os mecanismos à dispo-

sição do Executivo para governar e influenciar a agenda legislativa como áreas de iniciativa exclusiva, maior controle sobre o orçamento e medidas provisórias, mesmo que abrandadas desde então. Por outro lado, reforçou os poderes do Judiciário, em especial a revisão da constitucionalidade e as atribuições do MP como instituição de controle. Isso faz muito sentido: de um lado, conferiu maiores recursos à “maioria” para governar; de outro, reforçou mecanismos contramajoritários para impedir que essa maioria, agindo através do governo, pudesse violar as leis. Mas a paralisia política do Executivo no último ano, combinada com uma exacerbação do “ativismo judicial”, nos levaram a um perigoso quadro, com um único poder forte e sem quaisquer controles institucionais. A liminar impedindo a posse do ex-presidente Lula representa uma violação de uma prerrogativa constitucional da presidente Dilma de nomear seus ministros. O ministro Marco Aurélio Mello afirmou, muito acertadamente, que a pior ditadura é a do Judiciário, pois é uma instituição não submetida a controles externos. Há uma perigosa ameaça ao equilíbrio de poderes que o cidadão que aplaude o juiz Moro provavelmente não percebe.

Qual a saída possível para os impasses hoje existentes?

CP: A primeira coisa para o Brasil se reconstituir um pouco, inclusive para pensar em políticas públicas e em políticas relacionadas com sua crise econômica, é impedir o processo de impeachment. Esse processo vai levar a uma desorganização no país e a uma desagregação tal, que nós vamos ter perdas. A

saída para o Brasil tem que ser pactuada, mas não com a criação de um falso impeachment e essa sensação nas pessoas de que tudo vai mudar no Brasil no momento em que a presidente da República sair. A gente pergunta para os que estão batendo panela: “O que vai acontecer?” – “Eu não sei, é que eu não quero mais isso” [respondem]. Essa sensação tem que acabar. Os políticos são muito responsáveis por este quadro. Se houver o impeachment, temos pela frente ameaça real à democracia. Se lermos os jornais internacionais, eles estão falando da fragilidade da democracia brasileira. Na verdade, esse processo tem uma coisa muito perversa que, no fundo, é uma forma de salvar os políticos que estão na Lava Jato e que não são do PT. A Lava Jato acaba se houver o afastamento de Dilma. Esse é o dado perverso que é muito difícil de explicar para a população – mostrar que a Lava Jato só existe porque a Polícia Federal é completamente independente; o Ministério Público é completamente independente; e que a Dilma não tem nem força política para influenciar. Porque, no momento em que um Temer, um Cunha, um Aécio ou um Serra tome o poder como presidente da República – por eleição ou por sucessão –, a primeira coisa que acaba é a Lava Jato, e isso é uma das razões do desejo de impeachment no Congresso.

AM: Há três vetores para os desdobramentos dessa crise: o PMDB, o STF e a capacidade de mobilização social do PT. Das escolhas estratégicas de lideranças regionais peemedebistas dependerá a capacidade de o governo obter os 171 votos de deputados ou a

metade do Senado para impedir a aprovação do impeachment; o grau de relevância do PT como força política na próxima década dependerá do potencial do ex-presidente Lula para mobilizar as ruas; e, finalmente, uma atuação firme e moderadora do STF será decisiva para recolocar o Poder Judiciário em seu leito constitucional. O contrário de tudo isto será impeachment, crise política e partidária endêmica e, o pior de tudo, um convite a algum tipo de “governo dos juizes” em um futuro próximo.

Por que parece tão difícil sustentar a democracia no Brasil?

CP: As democracias são sempre muito difíceis de serem sustentadas, especialmente as novas. É muito complicado manter uma democracia no Brasil quando nós temos uma imensa desigualdade social. A democracia não está ameaçada porque existe pobreza, ela está ameaçada por existir um grupo muito pequeno com muita riqueza e muitos privilégios. E quando esses privilégios começam a ser mexidos, esses grupos passam a pressionar o governo, e aí a democracia torna-se algo secundário. E os governos dos últimos anos no Brasil, principalmente os petistas, fizeram ascender parte muito grande da população aos bens de consumo, à vivência na sociedade, mas também ameaçaram a classe média. Um exemplo simples: os direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores domésticos. Isso atinge a classe média, que é uma das únicas no mundo que tem uma grande quantidade de serviços muito baratos à sua disposição. O que num país como Estados Unidos, Inglaterra ou França seria um absurdo, aqui temos babás carre-

gando crianças em manifestação. Se não fosse trágico, seria cômico. Eu acho que a democracia é ameaçada porque o que está em questão é evitar a radicalização da democracia, que seria mais igualdade e mais liberdade. Só que, no Brasil, quando se aumenta um pouquinho a igualdade, pessoas se sentem ameaçadas em sua liberdade de ter privilégios. Essas ameaças são simbólicas: por exemplo, quando a classe média chega a um aeroporto e vê pessoas mais simples dentro dos aviões. Por que é mais fácil uma democracia na Suécia ou na Dinamarca? É que lá as pessoas são mais iguais. Por outro lado, em países marcados pela desigualdade, toda ação no sentido de diminuí-la resulta em ameaça à democracia.

AM: James Madison, um dos pais da constituição norte-americana, já disse que, se os indivíduos fossem anjos, não seriam necessárias instituições públicas, mas se as autoridades que dirigem as instituições fossem anjos, não seria necessário controle sobre elas. A moral da história é a seguinte: não devemos contar com santos e por isso precisamos de mecanismos de controle e responsabilização dos agentes públicos. A crise atual trouxe à tona dois dos principais problemas da república de 88, a corrupção e o desequilíbrio de poderes, por conta de um sistema de controles que, a despeito de uma hipertrofia de leis, normas e regulamentos, revela-se precário e pouco eficiente. Não será, contudo, rasgando-se as leis e violando prerrogativas constitucionais que iremos corrigir esse problema. Até porque, como advertiu Madison, os homens que fazem isso nunca são anjos.



Assim como o Parcão, em Porto Alegre, inúmeros espaços públicos em todo o Brasil transformaram-se em palco de manifestações



FLÁVIO DUTRA/JU

O espetáculo *Santo Qorpo ou O Louco da Província* marcou a reabertura do espaço cultural



A Sala e o mito

Teatro Espaço destinado às mostras de alunos do DAD reabre ao público

Samantha Klein

No primeiro dia do mês de maio, se cumprirão os 133 anos da morte do dramaturgo Qorpo Santo. Possivelmente a data vai passar despercebida pelo grande público. Porém, 2016 é ainda mais importante porque se completam 150 anos da primeira peça do autor e cinco décadas da primeira montagem teatral de textos dele, realizada em Porto Alegre em 1966. Considerado louco em sua época, Qorpo Santo causou alvoroço no cenário da dramaturgia quando foi descoberto pelo professor Aníbal Damasceno Ferreira.

Em meio a essa relevante efeméride, e após seis anos fechado, o Teatro Universitário - Sala Qorpo Santo reabriu em março com sucesso de público. Qorpo-Santo (1829-1883)

foi tema de seminário mediado pelo escritor e professor Luís Augusto Fischer e teve ainda sua vida e obra resgatadas em temporada do espetáculo *Santo Qorpo ou O Louco da Província*, que estreou em 2014, com direção de Inês Marocco. A peça é livremente inspirada no livro *Cães da Província*, de Luís Antônio de Assis Brasil, e nas obras do dramaturgo, entre elas *Ensiqlopédia ou Seis Mezes de huma Enfermidade*.

Reabertura – Readequações do projeto de reforma foram responsáveis pela demora na execução da obra do teatro. Inicialmente a meta era realizar uma restauração arquitetônica, mas a proposta foi modificada e tornou-se, por fim, uma restauração completa.

Com recursos do edital CT Infra da Financiadora de Estudos e Proje-

tos (Finep), órgão do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, a Superintendência de Infraestrutura da UFRGS fez reparos em todo o sistema elétrico, trocou os azulejos nos banheiros e realizou melhorias na parte elétrica, além da aquisição de equipamentos de iluminação, sonorização e panejamento.

Com 163 lugares, a Sala retoma as atividades de pesquisa e extensão dos alunos de três cursos de graduação, além dos de pós-graduação. “Ter um espaço específico é fundamental, caso contrário os alunos não podem concluir a sua formação. Nesse meio tempo, eles estavam se apresentando na Sala Alziro Azevedo, que também teve contratempos na rede elétrica, o que causou o seu fechamento temporário. Agora, com a reinauguração, os estudantes passam a ter um local adequado de

encenação”, ressalta a professora do Departamento de Arte Dramática da UFRGS Patrícia Fagundes.

Por outro lado, a *Qorpo Santo*, inaugurada em 1987, tem uma importância que transcende o seu papel de lugar para abrigar a experimentação teatral dos alunos. Pela sua localização central, oferece novamente um local de convivência e reflexão cultural, observa a docente. “Ao lado da Sala Redenção, este teatro representa um foco importante para a cultura, principalmente em um momento em que muitos espaços cênicos estão fechados, como é o caso do Teatro de Câmara, que não tem previsão de reabertura.”

Questionador – A peça e o seminário realizados durante o mês de março contam parte da história do dramaturgo marginalizado.

Por volta de 1860, professor da primeira cadeira do magistério da (ainda) Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, poeta, crítico político, José Joaquim de Campos Leão – Qorpo Santo – vê seu destino fatalmente transformado ao ser interdito por um processo judicial que o impediu de gerir seus bens e o marginalizava definitivamente.

Estudioso e ensaísta sobre a vida do inquieto jornalista, o escritor e professor da UFRGS Luís Augusto Fischer lembra que ele foi submetido ao exame de diversos médicos, até ser liberado da suposta loucura por uma especialista no Rio de Janeiro. “Temos de lembrar que os conceitos para a demência eram bem subjetivos antes de Freud. Mesmo sem a comprovação da loucura, foi detido. Assim, ficam dúvidas sobre o interesse econômico da esposa ou o interesse moral da sociedade, que via seus defeitos expostos nos textos dele”.

No livro *Qorpo Santo: a fenomenologia do caos*, André da Silva Menna lembra das razões que levaram o diretor Antônio Carlos Sena a trabalhar com os textos do dramaturgo: a possibilidade de revisar, mexer e reinventar. A encenação também conquistou o crítico Yan Michalski, um dos mais importantes do Brasil. Em sua coluna no *Jornal do Brasil*, ele disse que o trabalho do gaúcho “tornou obsoletos todos os livros de história da dramaturgia que não mencionam a sua obra”.

As comédias *non sense* de Qorpo Santo ou o seu Teatro do Absurdo, que estava em voga na década de 1960, desagradaram a sociedade porto-alegrense um século antes, sendo o autor alvo de ridicularização além da acusação de loucura. Conforme Fischer, certas convenções não permitiram que a obra fosse devidamente apreciada. “Foi um escritor que qualquer cidade ou país gostaria de ter. Ele deixou uma obra muito forte, um depoimento enviesado da sua época. O seu descobridor, professor Aníbal Damasceno, dizia que ele foi um cometa, porque passa rápido, mas sua passagem permite a observação de fenômenos que sem a sua presença não seriam visualizados. Talvez não possa ser comparado a um Shakespeare, mas permite pensar sobre muitas coisas, nem que seja por oposição ao que ele dizia.”

Dois-pontos

Antônio Falcetta, revisor

antonio.falcetta@secom.ufrgs.br

► Produção de palavras

O ato de linguagem é dinâmico, implicando uma série de movimentos, como os de emissão e recepção, coesão e coerência, conservação e mudança. Em relação, ao último par, no que se refere às línguas, alterações operam tanto no vocabulário como em sua estrutura. A forma e o significado das palavras estão, assim, sujeitos a acidentes de percurso, ganhando (ou perdendo) acessórios. Antes do Formulário Ortográfico de 1911, por exemplo, se escrevia ‘húmido’ com agá, como ontem, herva. A presença ou ausência do *h* pouco configura traço distintivo, mas essas mudanças com frequência ensejam uma reorientação

semântica. É o caso do uso dos afixos. Tomemos inicialmente o histórico do termo *gentrificação*.

A palavra ‘gentry’, na Inglaterra do século XVI, nomeava a pequena nobreza beneficiária dos tempos de transição dos modos de ser e produzir feudal para o capitalista. Emerge a figura do arrendatário entre o dono da terra e aquele que de fato a cultiva. É um cenário complexo que prepara a Revolução Industrial e que instaura a formação não mais de uma sociedade estamental, mas com uma conformação de classes.

É necessário, porém, distinguir a gentry do século XVI, aristocratizada, e a gentry do século XVII, que reúne categorias diversas por compactuarem do mesmo espírito:

elevado tino comercial e expropriação de pequenos camponeses.

Hoje, palavra emergente em nossa língua, ‘gentrificação’, do inglês *gentrification*, nomeia o processo urbano de transformação dos padrões residenciais e culturais de um bairro, região, cidade. Tal mudança se constitui pela substituição de um grupo de habitantes por outro, de maior poder aquisitivo. Para tanto, criam-se novos perfis de serviços, ocorrendo alteração de leis de zoneamento, valorização econômica dos imóveis e também a elitização dos ambientes.

As críticas a esse processo argumentam tratar-se do uso do espaço como instrumento de poder, da pasteurização da arquitetura e, especialmente, da

exacerbação de um modo que não valoriza o coletivo, mas determinados grupos.

Em termos, afinal, de linguagem, de gentry para *gentrification* (gentrificação) se dão processos de formação de palavras (morfológicos) equivalentes no inglês e no português. Como há um empréstimo do inglês no caso em questão, tomemos palavra com formação análoga: *desertificação*. Nela, há a presença de dupla movimentação: (1) o sufixo verbalizador *-ificar* acresce ao substantivo (primitivo) *deserto* um caráter de processo ou transformação, resultando *desertificar*. (2) A este verbo, acrescenta-se o sufixo nominalizador *-ção*, que empresta a ideia de processo à ação, resultando, então, *desertificação*. O mesmo ocorre com *mistificação*, *umidificação*, *qualificação*, etc.



FLAVIO DUTRA/ARQUIVO JU - MAR/2014

Equipes de produção da UFRGS atuam de uma ponta a outra de cada atividade cultural, como o descaixotamento das fotos de Sebastião Salgado expostas em 2014

Bastidores A produção cultural nos espaços da Universidade

Felipe Ewald

Como locais de geração e disseminação de conhecimentos, as universidades ocupam um lugar destacado nas comunidades onde estão inseridas. Elas têm a capacidade de articular a circulação de atividades artísticas, geradas tanto dentro da instituição como trazidas de fora, além de legitimarem as produções a que dão suporte.

Quem circulou pelo Câmpus Centro da UFRGS na manhã de 14 de março de 2014 não pôde ficar alheio à agitação geral: no pátio, grandes painéis com imagens em preto e branco; no Salão de Atos lotado, a Aula Magna proferida pelo fotógrafo Sebastião Salgado. Os que não conseguiram entrar assistiam em telões instalados do lado de fora ou no cinema universitário. Outros tantos acompanharam a fala de Sebastião pela Internet, transmitida ao vivo pelo site da UFRGS. Eventos como esse, de impacto estrondoso, e atividades de menor alcance são frutos do trabalho de produção cultural realizado dentro da Universidade.

DDC – Criado no final da década de 1980, o Departamento de Difusão Cultural (DDC) é ligado à Pró-reitoria de Extensão e fomenta a relação da comunidade com o espaço

universitário, “compreendendo as ações culturais como formação não formal”, conforme expressa sua diretora, Claudia Boettcher. Um dos primeiros projetos da então instalada Divisão de Difusão foi o Unimúsica, inspirado no Projeto Pixinguinha e voltado para a divulgação da música popular produzida por alunos da Universidade. O formato atual do projeto, como a Série Irreverentes, da temporada 2015, é o resultado de uma reformulação ocorrida posteriormente, na década de 1990.

Foi a partir desse período que a cultura passou a receber uma abordagem mais profissional na Universidade, em decorrência da entrada de técnicos administrativos na função de Programadores Culturais (hoje Produtores) – criada com a reforma do quadro funcional –, que se dedicam inteiramente à atividade. Esses servidores tinham formação nas áreas de Comunicação Social e Humanidades, fator de extrema relevância para promover uma diversificação das atividades propostas, segundo avalia Claudia, que é formada em Relações Públicas. “Eu tinha noção de organização dos projetos, mas sempre faltava algo mais. Por isso, a necessidade de ter profissionais de diferentes áreas”, avalia.

Ainda assim, durante muito tempo, o aprimoramento do trabalho e a profissionalização do setor se deram empiricamente. “A Universidade já tem a cultura como elemento de formação da sua comunidade, por meio da extensão, desde os anos 1980, mas a qualificação dos gestores para trabalharem com cultura é recente. Numa instituição em que o ensino é o principal objeto, como a cultura se insere nesse processo?

Esse aprendizado se dá por meio de cursos que vêm se consolidando”, relata a diretora do DDC. Para ela, a profissionalização passa por se encontrarem formas de se ter uma gestão sustentável da cultura sem perda de qualidade. Em busca de qualificação, Claudia fez, por exemplo, uma especialização em Economia da Cultura oferecida pelo Programa de Pós-graduação em Economia da UFRGS.

IA – Empossado em 1991, o jornalista José Carlos de Azevedo foi o segundo colocado no primeiro concurso para Programador Cultural da UFRGS. Iniciou como administrador e programador da Sala Qorpo Santo. Em 1993, assumiu também a programação do UniCena, no âmbito do DDC. Em 1998, foi trabalhar no recém-criado Núcleo de Eventos (hoje Secretaria de Comunicação)

do Instituto de Artes (IA).

De acordo com ele, a instalação do Núcleo de Eventos no IA teve como propósito justamente buscar maior profissionalismo na organização da extensa programação realizada durante o semestre. “São recitais de música erudita e popular executados por alunos, professores e músicos convidados, exposições da Pinacoteca, apresentações do Projeto Teatro, Pesquisa e Extensão (TPE) e a Mostra de final de semestre do Departamento de Artes Dramáticas (DAD). Antigamente, as atividades não estavam completamente organizadas nem tinham produção e divulgação adequadas; ficavam a descoberto”, relembra.

José Carlos opina que a intensa produção cultural da Universidade nem sempre encontra o suporte infraestrutural apropriado: faltam técnicos e os espaços físicos às vezes

não têm a manutenção necessária por falta de recursos. No entanto, ressalta: “Mesmo assim, realizamos as atividades e mantemos os espaços ativos com atividades regulares”.

Para o produtor lotado no IA, há ainda a dificuldade para atingir o público. Ele lamenta que a divulgação dos eventos ganhe tão pouco destaque nos veículos tradicionais. Com exceção de espetáculos, como as óperas, que recebem mais atenção, a maior parte tem um público bem menor, o que lhe parece injusto, já que costumam trazer músicos de renome sem receberem a repercussão correspondente.

Nesse sentido, tanto José Carlos como Cláudia são unânimes em afirmar que a programação cultural da Universidade é gratuita e de altíssima qualidade, o que confere a esta um lugar de destaque no circuito cultural porto-alegrense.

Mercado de trabalho

Para além das instituições públicas de ensino, há mecanismos mais flexíveis para se buscarem recursos, como as leis de incentivo à cultura, o que pode conferir mais agilidade, mas também impõe a necessidade de batalhar em um mercado imprevisível e nem sempre bem valorizado. Mas, seja qual for o setor de atuação, todos são unânimes em constatar o desenvolvimento da atividade em direção a um maior profissionalismo da produção cultural.

Silvia Abreu trabalha há mais de 20 anos com produção cultural e assessoria de imprensa especializada na área. Abriu uma empresa em 1991 após fazer um curso livre de produção com Dedé Ribeiro concomitante à graduação em Jornalismo. Em 1995, ganhou o primeiro Açorianos de Produção pela peça *Jacobina – Uma balada para o Cristo Mulher*, dirigida por Camilo de Lélis. Ao longo desse período, pôde observar o crescimento da profissionalização e especialização do setor tanto da parte dos profissionais como pelo lado dos órgãos públicos e privados.

Ela conta que antes da criação e popularização da

Lei Rouanet, havia uma facilidade muito grande de se obter incentivo diretamente com os empresários. “Na fábrica da Renner, uma vez – eu estava com a Lígia Rigo, que era atriz e figurinista do espetáculo em produção –, eles abriram um galpão e disseram: ‘podem pegar o que quiserem’. A gente nunca tinha visto tanto tecido junto! Foi tanto pano que nós ganhamos o prêmio Açorianos daquele ano”, se espanta.

Silvia diz que hoje, por outro lado, é muito mais difícil conseguir algum patrocínio direto. Tudo depende de um instrumento de incentivo, como a Lei Rouanet, a Lei de Incentivo à Cultura estadual ou algum edital de programa de fomento. Ainda que a regulação desses instrumentos date da década de 1990, ela opina que o reconhecimento e a valorização da profissão de produtor constituem um cenário recente em Porto Alegre. Se antes a produção era algo feito por alguém dentro do grupo, atualmente, o mercado cultural está muito profissionalizado, com divisão de tarefas, sendo necessário o aperfeiçoamento constante dos agentes envolvidos.



Pelo direito de aprender ao longo da vida

Aline Lemos da Cunha Della Libera,
Ana Cláudia Ferreira Godinho e
Evandro Alves

Estamos às vésperas da CONFINTEA Brasil + 6, evento que irá debater e planejar ações voltadas à Educação de Jovens e Adultos, enfatizando nesta edição a educação ao longo da vida e realizando uma avaliação do realizado e dos desafios desde o encontro de 2009, ocorrido em Belém-PA. Para compreender o que representa a Conferência para o reconhecimento da educação como direito de todas as pessoas, independentemente de fase da vida, gênero, pertencimento étnico ou qualquer outro aspecto, é pertinente retomar brevemente o debate produzido nas edições anteriores sobre a educação como direito humano.

Em âmbito internacional, a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, em seu artigo 26, aborda o Direito à Educação. A Conferência Internacional de Educação de Jovens e Adultos (CONFINTEA), promovida pelas Nações Unidas a cada doze anos e com início no ano de 1949, propõe-se a discutir recomendações e refletir sobre a promoção desse direito junto ao conjunto da sociedade brasileira e aos demais países-membros. Assim sendo, o direito à Educação de Jovens e Adultos vem sendo debatido e defendido na esfera da política internacional pelo menos desde o final da década de 1940. Ao analisar esses encontros, o educador alemão Joachim Knoll aponta a existência de percepções quanto à Educação de Adultos “desde a alfabetização à aprendizagem ao longo da vida, na qual a educação de adultos é vista tanto como parte do *continuum* da educação como uma entidade em si mesma”. Contudo, embora se reconheçam os avanços das discussões e propostas nos últimos 60 anos, autores como Timothy Ireland e Carlos Spezia comentam que os registros evidenciam o quão longe estamos de garantir o princípio do direito à educação básica para todos os jovens e

adultos do mundo e mais distante ainda do ideal da possibilidade de aprendizagem continuada.

Ireland, especialista em educação da Unesco, retoma a discussão desse tema no decorrer das edições da CONFINTEA, com destaque às duas últimas, realizadas em Hamburgo (1997) e Belém (2009). Tal conceito adquire contornos mais definidos, considerando as especificidades atuais da educação de jovens e adultos e seus processos educativos diversos, e não apenas a escolarização. Trata-se, portanto, das diferentes oportunidades de aprendizagem no decorrer da existência humana e da garantia de acessar espaços de conhecimento, tendo reconhecido o seu direito de fazê-lo e os seus próprios saberes.

As pessoas jovens e adultas até hoje não têm garantido o seu direito à educação

Para melhor compreensão do que se toma por educação ao longo da vida e sua articulação com a Educação de Jovens e Adultos, referimo-nos ao disposto sobre a função qualificadora ou permanente da EJA, presente no Parecer CNE/CEB nº 11/2000, que estabelece diretrizes curriculares para essa modalidade da Educação Básica. Conforme o documento, na EJA, em suas funções reparadora, equalizadora e qualificadora, é imprescindível que, para uma nação democrática, haja a garantia do direito constitucional à Educação, à promoção de justiça social e à igualdade de oportunidades, além da inserção no

mundo do trabalho, numa perspectiva emancipatória.

Mais de sessenta anos após a primeira CONFINTEA, ainda são pautadas questões para a realidade brasileira, tais como: ampliação da oferta e do financiamento para a EJA, adequação dos métodos aos sujeitos, promoção da justiça social e da paz, valorização e reconhecimento dos saberes de cada um, necessidade de superação dos índices de analfabetismo, aumento do acesso às tecnologias e bens culturais. Essas demandas indicam, infelizmente, que pessoas jovens e adultas até hoje não têm garantido o seu direito à educação e que as políticas públicas da EJA encontram-se historicamente marginalizadas em relação à escolarização das crianças.

O Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em 2014, estabelece, dentre outras, metas específicas para a EJA. São elas: meta 8, que trata da equalização dos anos de estudo para 12 anos para pessoas entre 15 e 29 anos; meta 9, que estabelece o índice de alfabetização de 93,5%, até 2015, e redução do analfabetismo funcional; e a meta 10, que dispõe sobre a educação formal integrada à formação profissional para 25% das matrículas da EJA.

O confronto entre metas e dados estatísticos aponta o quão distante estamos do seu cumprimento. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) 2014, cerca de 13,2 milhões de brasileiros acima de 15 anos não são alfabetizados, o que correspondia a 8,1% da população em 2013. A fim de cumprir a meta 9 – de índice de alfabetização de 93,5% até 2015 –, teria sido necessário alfabetizar, em dois anos, cerca de 3.250.000 pessoas. Cenário bastante improvável num contexto de quedas de matrículas na EJA em todas as redes de ensino desde 2007, conforme levantamento da Ação Educativa (2013).

A questão é ainda mais dramática quanto à conclusão do Ensino Fundamental e Médio. No mesmo levantamento realizado pela Ação Educativa, estima-se que 65 milhões de pessoas acima de 15 anos

não concluíram o ensino fundamental no Brasil, e que em torno de 22 milhões de pessoas com mais de 18 anos abandonaram o ensino médio. Isto é, o cumprimento da premissa da universalização da Educação Básica implica a criação de 87 milhões de vagas para atendimento da demanda social por EJA no país.

Contudo, o direito à Educação não se resume ao acesso a vagas, contemplando também questões relativas à permanência e à especificidade dos processos educativos na EJA. Que esta possibilidade de aprender não se confunda com as perspectivas mercadológicas do conhecimento, em que a incompletude humana e o desejo de *ser mais*, propostos por Paulo Freire, são tratados como incapacidades ou inadequações dos sujeitos, o que justifica e os considera os responsáveis diretos, e únicos, por sua condição social.

A discussão sobre os sujeitos da EJA, hoje em dia, ainda é carregada de estigmas e preconceitos que provocaram a negação de tal prerrogativa na infância. Sendo assim, a afirmação do direito à educação e do direito à diversidade cultural estão interligados, justificando a oferta de EJA voltada às especificidades de comunidades jovens e adultas do campo, de quilombolas, de populações carcerárias e de outros sujeitos.

Atualmente, por meio dos diálogos entre universidade e escolas que ofertam a modalidade em Porto Alegre e na Região Metropolitana, convivemos com realidades que denunciam a violação do direito à Educação. Assim como nas primeiras recomendações aos países-membros, persiste a necessidade de adequação dos métodos e materiais didático-pedagógicos à condição jovem e adulta, superando práticas infantilizadoras e de caráter compensatório.

Frente a esse cenário, várias ações se fazem necessárias no contexto da EJA. Dentre elas: um efetivo mapeamento da demanda social para a ampliação e adequação da oferta de vagas; a promoção de espaços para a formação continuada em serviço para professores e professoras; além da ampliação do debate sobre a modalidade na comunidade geral. Além disso, consideramos imprescindível a vinculação dessas propostas com aquelas gestadas no âmbito dos movimentos sociais populares, os quais apresentam pressupostos teórico-metodológicos e políticos consolidados na luta pelo direito à Educação, em suas várias dimensões – escolares e não escolares –, considerando para ambos o seu caráter público e gratuito. Alguns desses movimentos vêm sendo desenvolvidos nas ações do Núcleo Interdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação de Jovens e Adultos (NIEPE-EJA/UFRGS), sediado na Faculdade de Educação.

Além dessas reflexões, cabe fomentar o debate no âmbito da Universidade, repensando os currículos das licenciaturas e reconhecendo a modalidade EJA como campo de atuação profissional e estágio de docência em todos os cursos. Outra questão de extrema relevância é a atenção, com a ampliação da oferta e das condições de acesso aos servidores efetivos e terceirizados na UFRGS que não concluíram a Educação Básica e assim o desejam, considerando nosso papel na promoção e na luta pela garantia do direito à Educação a todos os cidadãos e cidadãs.

* Docentes da Área de EJA do Depto. de Estudos Especializados da Faculdade de Educação; membros do Núcleo Interdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação de Jovens de Adultos (NIEPE-EJA/UFRGS)



Estudantes do Programa de EJA para técnicos administrativos da UFRGS assistem aula no Câmpus do Vale

FLÁVIO DUTRA/JU

Tiro no escuro



Para o doutor em Direito Penal Antonio Carlos Tovo, a mudança poderá apenas gerar mais violência

Segurança Projeto de Lei propõe a revogação do Estatuto do Desarmamento e apresenta novas regras para facilitar a aquisição de armas por parte de civis

Treze anos após a sua criação, o Estatuto do Desarmamento parece próximo da extinção. Em outubro do ano que passou, uma comissão especial da Câmara Federal aprovou o Projeto de Lei n.º 3.722, que abranda consideravelmente as regras para o porte e a aquisição de armas de fogo. A iniciativa, de autoria do deputado Peninha Mendonça (PMDB/SC), foi nomeada como “Estatuto de Controle de Armas de Fogo” e vem na sequência de propostas como a da redução da maioridade penal, que apresentam ideias conservadoras como solução para o controle da criminalidade. Entre as mudanças que o texto aprovado propõe está a diminuição da idade mínima para aquisição de armas e a exclusão da obrigatoriedade de uma declaração de necessidade para requerer o porte, prometendo, assim, o direito universal às

armas. Nada surpreendente, uma vez que onze dos 54 membros da comissão responsável pela apreciação do projeto são integrantes da chamada Bancada da Bala – grupo de parlamentares relacionados à indústria armamentista.

O Jornal da Universidade conversou com Antonio Carlos Tovo, advogado, doutor em Direito Penal pela USP e membro do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, sobre as mudanças propostas e as implicações práticas que essas novas regras podem trazer. Para se tornar lei, o projeto ainda deve ser aprovado pelo Senado e não receber veto da presidenta Dilma Rousseff.

O projeto traz muitas críticas à lei vigente conhecida como Estatuto do Desarmamento, entre elas a de ter um cunho ideológico. O quão embasadas são essas críticas?

Na exposição de motivos, o redator Laudívio Carvalho (PMDB – MG) afirma que a lei ocorreu no apagar das luzes e que o referendo de 2005 significou uma desaprovação popular ao Estatuto, quando, na verdade, se tratava especificamente da comercialização de armas. Bom, para legitimar essa visão, eles trazem dados absolutamente aleatórios, como Alagoas e Sergipe terem sido campeões em recolhimentos de armas e, consequentemente, se tornarem os líderes em homicídios no país. Essas colocações são desqualificadas com as estatísticas do Mapa da Violência, já que o estudo mostra que de 1980 até 2003 houve um aumento crescente de mortes por arma de fogo, com uma porcentagem de 4% ao ano. Essa taxa que, em 1993, era de 11,2 homicídios a cada 100 mil habitantes chegou a 20,4 em 2003. A partir desse ano,

quando entrou em vigor o Estatuto do Desarmamento, iniciou uma diminuição anual nos homicídios. Então, é falacioso dizer que o Estatuto não deu certo. Os dados mostram que as mortes por armas de fogo de fato diminuíram muito nesse período.

Esse projeto de lei falha, então, em não ter correspondência com a realidade?

Esse é um projeto que se insere no que chamamos de populismo penal. Ele não apresenta nenhum embasamento científico; segue, simplesmente, aquele maniqueísmo distorcido que coloca de um lado o ‘cidadão de bem’ e de outro o ‘criminoso’. Parte da ideia de que a população armada irá repelir as infrações, ignorando que não é apenas a arma do crime que gera as mortes, mas também a que está em uma residência ou em posse de um cidadão e que pode ser desviada, subtraída, etc. Na exposição do projeto de lei há ainda uma tentativa de utilizar exemplos externos que são completamente alheios à nossa realidade. Essas tentativas de importar modelos são simples usos de argumento de autoridade. Não é possível ficar citando esses exemplos sem antes buscar uma aproximação com a realidade brasileira.

Um dos argumentos mais comuns dos defensores das armas é que elas não matam pessoas, mas sim pessoas matam pessoas (ou “as pessoas é que as utilizam e matariam de outra forma”). Sendo um profissional com especialização em Direito Criminal, como enxerga essa colocação?

É um equívoco. Uma pesquisa do Instituto Sou da Paz aponta que 70% dos homicídios no Brasil são praticados por arma de fogo. Quando há uma arma, a chance de se ter um homicídio é muito maior, como bem demonstra essa estatística. O que de início poderia ser apenas um crime patrimonial corre grande risco de, repentinamente, se tornar um crime contra a vida quando se insere uma arma de fogo na situação. Tanto que uma das falas mais comuns das autoridades policiais é a de nunca reagir a um assalto; o que é uma orientação extremamente sensata. Facilitar a inclusão de armas em uma sociedade na qual as pessoas vivem cotidianamente mais estressadas e sob pressão apenas irá gerar mais violência. Vai favorecer a incidência de crimes passionais domésticos e de discussões no trânsito que resultem em homicídios.

O artigo 42 do projeto amplia a lista de cargos e funções que têm o porte como prerrogativa, estendendo a garantia de andar armado em lugares públicos, atualmente exclusiva para trabalhadores da área da segurança e de certos membros do Judiciário e do Ministério Público, para membros do Legislativo.

Esse rol de pessoas com garantia à posse já me parecia extenso demais. Obviamente, não são todos os juizes, promotores e seguranças que têm motivos para andarem armados. Acho que o

acesso já está fácil demais; o que deveria ser feito, na verdade, era aumentar a restrição. Não vejo nenhuma justificativa para se conceder porte a legisladores, ainda mais analisando a atual composição do Congresso. Não é coincidência que os parlamentares que estão à frente dessa proposta sejam, em sua maioria, policiais, militares e pessoas ligadas de alguma forma à indústria armamentista. Há, claramente, interesses nessas ações.

“Facilitar a inclusão de armas em uma sociedade na qual as pessoas vivem sob pressão irá gerar mais violência”

Como analisas as mudanças propostas pelo projeto em relação ao atual processo para requerimento do porte?

A proposta de diminuição da idade mínima para ter o porte, que passa de 25 para 21 anos, me parece absolutamente irresponsável, na medida em que grande parte das vítimas e autores da violência são jovens. Há também um considerável aumento no tempo de renovação da licença – que passa de três para dez anos – e outras facilitações para a concessão do porte que vão na contramão do que é sensato. Esse novo projeto também abranda a checagem de antecedentes, que era algo preconizado pelo Estatuto, passando a permitir que indivíduos que respondam a inquérito policial possam requerer o documento. O que não me parece prudente e, muito menos, recomendável. Acredito que, com essas novas regras, teremos mais homicídios. Esse é um projeto que traz muito pessimismo.

Recentemente o presidente da OAB, Marcus Vinícius Furtado Coêlho, se manifestou contrário à proposta em carta aberta divulgada na imprensa. Até que ponto vozes dissonantes podem ajudar a frear o projeto?

Essas oposições me parecem ser a única esperança. Temos esses estudos do Instituto Sou da Paz e do Mapa da Violência que deslegitimam essas visões distorcidas constatadas no projeto. O Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, do qual sou membro, também lançou uma nota técnica contrária a essa proposta. Essas vozes da sociedade organizada e da academia são a possibilidade contra essa maré que certamente vai trazer consequências terríveis. Se esse projeto prosperar, vai ser muito difícil voltar ao estado anterior, que, como já afirmei, foi positivo.

João Pedro Teixeira, aluno do 9.º semestre de Jornalismo da Fabico



Um novo tango no Conesul

MAURICIO MACRI/FICKR



Novo presidente argentino gera expectativa sobre o rumo econômico do país do Prata ao eliminar a herança deixada pelos Kirchner

Política

Os rumos da Argentina com Mauricio Macri

Samantha Klein

Com a postagem de dois tiquetes de voo comercial em sua conta do Instagram – ida e volta – com destino a Davos, na Suíça, onde participou do Fórum Econômico em janeiro, Mauricio Macri deu um recado. Era o fim de um tango argentino. No caso, um adeus ao Tango 1, avião presidencial luxuosíssimo, utilizado desde os anos Menem até o final do mandato de Cristina Kirchner, que costumava publicar fotos com a família ou com a cachorrinha Lolita na mesma rede social.

A aeronave foi colocada à venda, assim como outros dois aviões presidenciais. O objetivo é buscar a redução de custos. Desfazer-se do Tango 1 é apenas um símbolo do governo eleito com 51% dos votos no final de 2015. A política de redução dos gastos governamentais já resultou na diminuição do número de funcionários públicos e em cortes nos subsídios a serviços essenciais. A meta do presidente argentino é cortar custos e varrer a herança kirchnerista dos últimos 12 anos.

Governo controverso – Entre as polêmicas envolvendo o man-

dato de Cristina Kirchner estão o “corralito verde”, ou seja, pacote com medidas de restrições para a compra de dólares. A moeda norte-americana sempre foi o refúgio preferido dos argentinos. A expropriação da YPF com a remoção da espanhola Repsol de seu controle acionário abriu um precedente para a repercussão internacional das decisões da sucessora de Néstor Kirchner. A presidente ainda tentou obter no Congresso permissão para a reeleição por tempo indeterminado e fechou a alfândega para os produtos brasileiros. Cristina chegou a dizer que a Argentina não importaria “um prego sequer” logo após ter assumido o segundo mandato.

Para o Brasil, as barreiras para o ingresso de insumos prejudicaram principalmente o setor da linha branca e calçados. Macri já flexibilizou o fechamento da alfândega. “Estamos numa fase de retomada de negócios, embora ainda exista formalmente uma licença não automática para a entrada de produtos, mas essa tem sido liberada rapidamente. Ao mesmo tempo, percebemos um aumento do consumo. Apesar disso, estamos avaliando com cautela as perspectivas para os produtos fabricados no Brasil”, ressalta o presidente-executivo da Associação Brasileira das Indústrias de Calçados, Heitor Klein.

Cristina declarou guerra ao grupo Clarín, o mais poderoso do país no campo da comunicação, com legislação que proíbe o mo-

nopólio sobre os meios. Entre as medidas já tomadas por Mauricio Macri no poder estão a suspensão dos efeitos da Ley de Medios, com a troca de comando na Autoridade Federal de Comunicação Audiovisual, a agência reguladora do setor. “A legislação sobre a concessão dos veículos de comunicação estava longe de ser perfeita, mas acredito que deveria ser rediscutida. Quando não existe regulamentação, passa a valer a lei do mais forte. No caso, o Clarín e o La Nación são os mais fortes”, diz o sociólogo e professor argentino Enrique Del Percio, da Universidad Nacional Tres de Febrero.

Outra polêmica se deu em torno da divulgação de dados oficiais do governo. Mesmo que tenha sido alvo de questionamento do Fundo Monetário Internacional (FMI), o governo Cristina não se esforçou em tornar os números mais claros. “O governo não queria mostrar a real inflação, mas os salários, pensões e aposentadorias, por sua vez, acompanhavam os índices inflacionários”, sustenta o economista da UFRGS Luiz Augusto Estrella Faria.

O novo presidente se comprometeu a divulgar dados “confiáveis”. Diante de mudanças já implantadas nos primeiros meses de governo Macri, analistas se questionam se o governante será estritamente neoliberal ou se haverá alguma contenção na política de diminuição da atuação do Estado.

Integração – Entre as dúvidas sobre os rumos da Argentina,

o sociólogo Enrique Del Percio ressalta que o tema da integração permanece obscuro. “O presidente Macri tem um posicionamento favorável ao alinhamento com os Estados Unidos, porém, também tem demonstrado que não pretende se descolar do Brasil, tanto que foi o primeiro país a ser visitado (antes mesmo da posse) por ele. Mas é nebuloso ainda o relacionamento que será realizado com a América Latina”, destaca.

A principal divergência em termos de integração, surgida durante a campanha presidencial, foi a presença da Venezuela no Mercosul. Macri deu o recado de que quer distância dos chamados bolivarianos e pretende se aproximar de economias mais abertas, de acordo com o professor argentino.

“Ele adotou uma atitude fortemente crítica ao presidente Nicolás Maduro e, durante a campanha, pediu a expulsão da Venezuela com base na cláusula democrática do bloco comercial. Porém, a ministra de Relações Exteriores explicou que isso não será possível. Dessa forma, alguns ressaltam que Macri vai privilegiar a relação com os Estados Unidos, outros pensam que o Brasil será prioritário. Em verdade, ainda é difícil fazer essa projeção nos primeiros meses de mandato”, finaliza Del Percio.

O docente da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS Luiz Augusto Estrella Faria acredita que a atual abertura da alfândega não deverá se manter por tempo indeterminado. “O

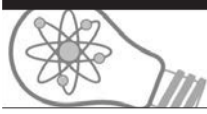
presidente é empresário, e seus amigos pressionam para que ele não deixe ingressarem produtos como os calçados e a linha branca de forma irrestrita, principalmente porque a moeda deles está muito desvalorizada”, afirma.

Economia – Na área econômica, os primeiros atos do governo já causaram impressões internacionais. Entre as ações do ex-presidente do Boca Juniors, estão a demissão de mais de 26 mil funcionários públicos e o corte em subsídios a diversos serviços. “Na Argentina, os servidores não têm estabilidade como no Brasil e na Europa. Eles podem ser demitidos como ocorre também nos Estados Unidos. Essa ação é extremamente maléfica porque você retira um legado social de empregabilidade e diminui o consumo de milhares de pessoas. Redução de consumo gera problemas na economia como um todo”, considera o professor Luiz Augusto.

O novo presidente é um liberal pragmático, que vai calcular seus passos de acordo com os movimentos internacionais econômicos, na avaliação do sociólogo da UFRGS Raul Rojo. “Ele e os filhos de grandes empresários argentinos foram fazer MBA nos EUA e voltaram com ideias de lá. Fez um bom governo em Buenos Aires, mas sua vitória ocorreu muito mais pelo kirchnerismo derrotado, já que havia uma economia de ficção. A Argentina não tinha indicadores econômicos e demográficos confiáveis durante o governo de Cristina, por isso era alvo de crítica das instituições internacionais, não somente pela oposição.”

Luiz Augusto resume o novo governo como a crônica de uma morte anunciada, em alusão ao livro do colombiano Gabriel García Márquez, criticando a retomada da negociação com os fundos abutres, um milionário litígio na Justiça americana para receber integralmente o valor da dívida de bônus em moratória comprada a preço de lixo. Esses papéis pertencem a poderosos magnatas com destreza para fazer dinheiro com países e empresas em crise. O professor critica também o endividamento de US\$ 60 bilhões para diminuir o saldo devedor com o Banco Central argentino. “Macri está desmontando todos os instrumentos elaborados pelos Kirchner para superar a crise de 2001-2002. Néstor e Cristina conseguiram diminuir o desemprego, zeraram a dívida externa, e o país acumulou reservas por um período. Essas reservas foram prejudicadas nos últimos dois anos porque a Argentina depende muito das exportações de soja, e o preço da commodity despencou no mercado internacional”, avalia Luiz Augusto.

Sem o drama e a paixão de um tango, Mauricio Macri demonstra que chegou ao poder para jogar para baixo do tapete toda a herança kirchnerista.



Vitrine para a divulgação científica

Comunicação *Novo site UFRGS Ciência dá visibilidade às pesquisas produzidas na Universidade*

Ânia Chala

Desde o dia 14 de março, a página da Universidade na internet tem uma novidade: o *UFRGS Ciência*, portal que apresenta à comunidade as pesquisas aqui produzidas, utilizando uma linguagem acessível ao público. Idealizado e desenvolvido pela Secretaria de Comunicação Social (Secom), o novo veículo traz conteúdos jornalísticos que ajudam a popularizar o conhecimento gerado na Universidade e procuram integrar as ações de divulgação científica em andamento. O site está estruturado com base nas grandes áreas do conhecimento: Exatas, Humanas e Sociais, Biológicas, etc. Com esta iniciativa, a UFRGS ingressa no time de instituições de ensino – como a USP e a Unicamp – que reservam um espaço para a publicação de matérias sobre as pesquisas realizadas pela comunidade acadêmica. Outras, como a UFSC, a UFMT e a Unesp publicam revistas voltadas para a divulgação científica.

De acordo com a jornalista Édina Rocha, vice-secretária de Comunicação e criadora do projeto, “a ideia de lançar um veículo como este é bastante antiga. Sua implantação baseia-se numa necessidade expressa há bastante tempo por diferentes setores da Universidade. Havia uma forte carência de um espaço adequado em que se pudesse divulgar a produção e as pesquisas da UFRGS de uma maneira acessível, mas sem que perdesse o seu caráter científico”. Ciente da importância do novo canal de comunicação, Édina diz que a equipe da Secom sabia que não bastava colocá-lo no ar: “Nos inquietava muito a sua perenidade, sua manutenção. Era preciso ter a certeza de que, depois de implantado, haveria condições de aperfeiçoar e ampliar cada vez mais este portal, de forma que despertasse em um número cada vez maior de pesquisadores a preocupação em ver suas pesquisas publicadas. Ao mesmo tempo, temos a ambição de atingir diferentes públicos, pois queremos apresentar reportagens de interesse de toda a comunidade”, reitera.

Camila Raposo, jornalista que coordena a publicação, acrescenta que a proposta é produzir matérias com uma linguagem coloquial, acessível ao público leigo, sem, entretanto, omitir termos científicos ou descaracterizar a informação, explicando ao leitor os métodos e terminologias científicos. “Sempre que possível e necessário para o melhor entendimento, os textos são complementados por conteúdos multimídia, como vídeos, fotos, ilustrações e infográficos”, explica. Ela acrescenta que a experiência de produzir o material tem sido muito gratificante: “Pude conhecer projetos muito

legais e extremamente relevantes que, mesmo trabalhando na Universidade, não tinha ideia de que existiam”.

Desafios – Ao comentar sobre as dificuldades encontradas na elaboração dos textos, Édina revela que divulgar complexas pesquisas em uma linguagem acessível para diferentes públicos foi, sem dúvida, o maior desafio no desenvolvimento do projeto. “Desde as primeiras discussões, entendemos que as matérias deveriam ter uma produção jornalística e serem atraentes para o leitor, mas sempre respeitando o pesquisador e todo rigor de um trabalho científico. A partir da clareza dessa concepção, foi feita uma pesquisa em veículos que fazem divulgação científica. Avaliamos, detectamos pontos positivos e negativos até chegarmos a um produto que mais se adapta à realidade da UFRGS”, recorda a vice-secretária.

Para Camila, o principal obstáculo, tanto para o pesquisador

quanto para o jornalista, é a tradução da linguagem científica. “O cientista muitas vezes tem dificuldade para se comunicar com o público leigo. O jornalista, por outro lado, precisa se apropriar de novos conceitos, entender e explicar terminologias científicas, tomando sempre o cuidado para não ‘simplificar demais’ e descaracterizar a informação. Alguns cientistas também têm problemas para entender os processos jornalísticos e ainda subestimam a importância da divulgação científica”, observa a jornalista.

Quanto às expectativas em relação à repercussão do portal em termos de participação da comunidade universitária, Édina diz que, embora venha trabalhando há mais de um ano no projeto, não se trata de uma proposta fechada a futuras mudanças. “Penso que ele é um veículo que veio para promover o diálogo entre pesquisadores da UFRGS e sociedade, para mostrar a imensa produção

aqui realizada. Por isso, imagino que este site, que tem um conselho editorial formado por professores de diferentes áreas, possa agregar ideias novas e que cumpra sua principal meta, que é publicar a ciência, alcançando um número cada vez maior de pessoas”, projeta.

Formação jornalística – O site conta atualmente com dois bolsistas estudantes do curso de Jornalismo da Universidade, cujo trabalho é supervisionado por Camila e Édina. “De modo geral, essa experiência está sendo bem produtiva. Eles são bem dedicados. Mas acho que faz falta, sim, a oferta de disciplinas específicas de jornalismo científico nos cursos de Jornalismo. Trata-se de uma área cheia de especificidades, que exige formação teórica e visão crítica. Esse não é um problema só da UFRGS, é claro – é algo que acredito que aconteça na maioria das faculdades. Mas isso, de certa forma, acaba se refletindo na qualidade do que é publicado na

mídia. Hoje, as seções de ciências dos grandes veículos de comunicação se baseiam, praticamente, só em releases – com conteúdos repletos de ‘pseudociência’, pouco críticos e sem investigação”, assinala Camila.

O portal dispõe também de um conselho editorial composto pelos professores Edison Capp, Jane Fraga Tutikian, José Carlos Frantz, Lavinia Schüller Faccini, Luís da Cunha Lamb, Marcia Cristina Bernardes Barbosa, Soraya Maria Vargas Cortes e Vladimir Pinheiro do Nascimento, e das jornalistas da Secom Édina Rocha e Camila Raposo. O Conselho tem ainda a coordenação do secretário de Comunicação Social da UFRGS Ricardo Schneiders da Silva, docente da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação.

O site tem atualização semanal e quem quiser pode sugerir pautas, enviando um e-mail para ciencia@ufrgs.br ou pelas redes sociais (Twitter e Facebook) do UFRGS Notícias.



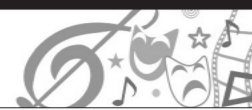
Na primeira semana deste mês, o portal destaca pesquisa da Informática que cria ferramentas de computação gráfica para treinar cirurgiões

Experiência que enriquece

A jornalista Gabrielle de Paula, recém-graduada pela Fabico, trabalhou como bolsista do portal no segundo semestre do ano passado e faz um relato de sua experiência: “Quando pensamos em ciência, é comum acharmos que se trata de algo que está longe do nosso alcance, mesmo estando inseridos no ambiente acadêmico. Em 2015, durante o último semestre da minha graduação em Jornalismo, como repórter do novo Portal UFRGS Ciência, tive a oportunidade de conhecer novas áreas da Universidade e desmitificar a produção de conhecimento. Integrar um projeto novo sempre é desafiador,

principalmente quando essa iniciativa necessita propiciar um diálogo com pessoas de ambientes distintos. Como estudante, foi uma experiência importantíssima ter contato com outros tipos de aprendizado. Foi também difícil adequar os termos técnicos para uma linguagem jornalística e mais objetiva. Como recém-formada, acredito que ter participado desse projeto será um diferencial como profissional. De início, muitos pesquisadores demonstravam desconfiança quanto ao conteúdo que seria produzido, mas logo compreendiam a potencialidade que a divulgação científica tem para informar às

pessoas o que é desenvolvido nos laboratórios. São pesquisas que se comprometem com questões sociais e ambientais, das engenharias às humanidades, e que agora estarão acessíveis a qualquer pessoa. O objetivo do portal de buscar maior diversidade dos estudos trouxe uma grande motivação para produzir matérias com temáticas mais populares. Temas que, muitas vezes, acabam não tendo espaço, mas que tratam de questões fundamentais para a sociedade. Como disse um entrevistado: ‘É quem está lá fora da universidade que faz o mundo girar’”.



Transfronteirizações

Integração Preocupações e possibilidades na Tríplice Fronteira

Samantha Klein

A globalização e a formação dos grandes blocos comerciais criaram a crença de que as fronteiras não seriam mais mantidas. Afinal de contas, o modelo da União Europeia e seu mercado único previam as “quatro liberdades”: de circulação de mercadorias, serviços, pessoas e capitais. O problema da integração através de fronteiras abertas, no entanto, ganhou força a partir do 11 de setembro e depois com a crise de imigrantes a partir de 2010. No âmbito do Mercosul, a discussão também é relevante e ganhou destaque durante a preparação do Brasil como sede da Copa do Mundo de 2014 e diante da proximidade dos Jogos Olímpicos no Rio.

“O Brasil não vive a realidade de terrorismo que persegue a Europa e os Estados Unidos. É um país pacífico. O pensamento acadêmico americano, entretanto, é o mais utilizado por autoridades, e a orientação é pelo fechamento das fronteiras”, destaca Camilo Pereira Carneiro, pós-doutorando do Programa em Estudos Estratégicos Internacionais da UFRGS.

No Mercosul, o limite mais importante entre países abarca a Tríplice Fronteira Brasil-Argentina-Paraguai. Com o objetivo de estudar as peculiaridades dessa zona de integração, o também professor da Faculdade de Ciências Econômicas



VERONIQUE DEBORO-LAZARO/FICKR

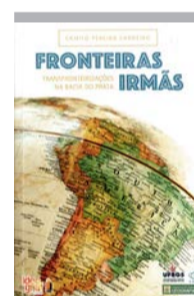
lançou no final de março o livro *Fronteiras irmãs: transfronteirizações na Bacia do Prata*. A publicação é voltada para estudantes, jornalistas e interessados no tema.

Conforme ressalta o texto, nações vizinhas reunidas em blocos de comércio acabam por alterar a dinâmica de regiões determinadas, tais como as zonas de fronteira dos países associados. Algumas delas apresentam os chamados processos de transfronteirização – um conjunto de estratégias de atores públicos e privados para desenvolver ações de integração.

A Tríplice Fronteira é relevante pela localização, economia e miscigenação de culturas. Conforme

o docente, a região encabeçada por Ciudad del Este, Foz do Iguaçu e Puerto Iguazú reúne o maior contingente populacional das fronteiras sul-americanas em um espaço formado por dezenas de cidades e seis centros conurbados. Esse tipo de integração apresenta vantagens e desvantagens.

Itaipu Binacional é um exemplo de benefício para dois países, assim como a *Iniciativa para a integração da infraestrutura Regional Sul-americana* (IIRSA), que pretende promover a integração física entre os países da região por meio de obras de logística. A região ainda emprega milhares de pessoas. Ela, porém, também é utilizada por grupos



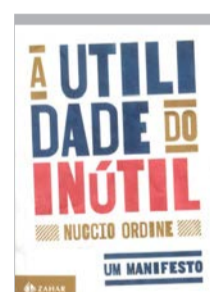
Fronteiras irmãs: transfronteirizações na Bacia do Prata

Camilo Pereira Carneiro
Porto Alegre: Ideograf, 2016
273 páginas
R\$ 35 (preço médio)

criminosos para o tráfico de drogas, armas e a exploração sexual.

Além de tratar dessas questões, o livro sugere políticas que podem auxiliar o Ministério da Integração, inclusive com a formulação de mapas da área e de cidades que deveriam ser compreendidas pela Tríplice Fronteira. Camilo Pereira

destaca que a integração é fraca em vários sentidos. “As cidades têm um potencial enorme, mas não há integração entre as prefeituras. Por exemplo, você atravessa de Foz do Iguaçu para Puerto Iguazú para fazer compras, mas os horários dos ônibus não coincidem com o horário de funcionamento do comércio.”



A utilidade do inútil: um manifesto

Nuccio Ordine | Rio de Janeiro: Zahar, 2016
224 páginas | R\$ 40 (preço médio)

Apelo à humanização

“Não é curioso que, num mundo tomado por ódios irracionais que ameaçam as próprias raízes da civilização, homens e mulheres – velhos jovens – se afastem total ou parcialmente do tumulto frenético da vida cotidiana para se dedicar ao cultivo da beleza, à ampliação do conhecimento, à cura de doenças, à redução do sofrimento, como se enquanto isso os fanáticos não estivessem se empenhando em espalhar a dor, o horror e o sofrimento?” Este parágrafo, que abre o ensaio publicado originalmente por Abraham Flexner em 1939, adquire surpreendente atualidade quando lido nos dias que correm no Brasil. Apêndice do recém-lançado livro do professor e filósofo italiano Nuccio Ordine, o texto deste educador estadunidense pode ser lido como um alerta contra o excessivo utilitarismo aplicado ao ensino, mas é acima de tudo uma defesa apaixonada da busca pelo conhecimento, tendo com único propulsor a curiosidade e o desejo por liberdade. E é nesse ponto que os argumentos de Flexner e Ordine se alinham em defesa dos saberes cujo valor

essencial está desconectado de qualquer fim utilitarista. Assim, o fazer artístico, a criação literária e musical, a pesquisa matemática pura, enfim, o exercício da livre expressão em todos os campos do conhecimento, são entendidos como um patrimônio pelo qual devemos estar dispostos a lutar diariamente. Mas o autor, que esteve na UFRGS em março, não se limita a criticar o capitalismo e a lógica utilitarista do mercado que dominam todas as esferas de nossa vida. Na segunda parte da obra, investe contra a universidade-empresa, os professores-burocratas e os alunos-clientes, apontando para o caminho sem volta no qual ingressamos ao aceitarmos o domínio da lógica do lucro nos espaços do ensino. Por fim, trata de denunciar o grave erro de equiparar o ser humano à sua profissão: em todos nós existe algo de essencial que vai muito além do próprio “ofício”, e ignorar isso tonará difícil que no futuro sejamos capazes de abandonar o próprio egoísmo para expressar solidariedade, defender a tolerância ou reivindicar a liberdade. (Ânia Chala)



Povos indígenas no Brasil – Mirim

Fany Ricardo (coord.) | São Paulo: Instituto Socioambiental, 2015
128 páginas | R\$ 35 (exclusivamente em <http://isa.to/MIRIM>)

Promovendo respeito

Com o objetivo de despertar o respeito e o interesse de crianças e adolescentes pela diversidade de culturas indígenas que existe no país, o Instituto Socioambiental reuniu em livro e atualizou o conteúdo disponível no site Povos Indígenas no Brasil Mirim (pibmirim.socioambiental.org), no qual também estão disponíveis vídeos e jogos digitais. A publicação traz informações detalhadas sobre alguns dos 246 povos indígenas que vivem atualmente no Brasil: uma população de quase 900 mil pessoas que fala mais de 150 línguas diferentes. A obra oferece, assim, instrumentos para que eles estejam cada vez mais presentes nos currículos escolares, como determina a Lei n.º 11.645 de 2008, que atualiza a Lei de Diretrizes e Bases, incluindo no ensino básico a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. O conteúdo é apresentado com um belo apelo visual, farto de cores, ilustrações, fotografias, mapas, o que condiz com os leitores almejados e com o esforço de romper com a ideia de que “todos os índios são iguais”. O livro está dividido em quatro

capítulos: “Quem são”, que apresenta a diversidade linguística dos povos indígenas e suas influências no português, promovendo uma aproximação com o público-alvo; “Onde estão”, que trata da demarcação de terras e da presença nas cidades; “Como vivem”, em que estão descritas brincadeiras e jeitos de aprender, novamente buscando uma identificação com os leitores; e “Antes de Cabral”, que põe em questão a noção de descobrimento e apresenta dados arqueológicos. Ainda que o texto se proponha a ser acessível, a linguagem nem sempre é totalmente adequada, o que pode, no entanto, servir de incentivo a descobertas e à geração de materiais de apoio, como um glossário. Ao mesmo tempo, é difícil abarcar uma amplitude tão grande de idades como o livro pretende. Por fim, infelizmente, o livro não recebeu uma revisão cuidadosa, talvez comprometida pela edição de fragmentos de textos que provinham do site. Para uma publicação que tem como alvo o público escolar, seria necessário um olhar mais atento. (Felipe Ewald)



Caio F – itinerário de uma literatura universal

Márcia Ivana de Lima e Silva*

Caio Fernando Abreu nasceu numa manhã do dia 12 de setembro de 1948, em Santiago do Boqueirão, RS. Um sítio de colonização predominantemente italiana, reduto militar, Santiago viria a ser a inspiração para o autor criar o *Passo da Guanxuma*. Essa cidade fictícia aparece em vários de seus contos, e ele ambicionava um dia escrever um grande romance sobre o Passo.

Com 15 anos, mudou-se para a capital para estudar no Instituto Porto Alegre (IPA), pois queria conhecer novos lugares, e sabia que sua cidade natal não poderia satisfazer seus anseios. No internato, porém, as coisas não começaram bem para ele, que não se adaptava, não conseguia arrumar amigos, não entendia as matérias. Caio chegou a ficar doente e, na enfermaria, escreveu uma carta aos pais, pedindo para irem buscá-lo:

Confesso que tive vontade (e tenho) de morrer [...] A senhora vai dizer que isso é normal, etc... Mas não é não! Os outros que chegaram junto comigo já estão adaptados [...] Pelo amor de Deus, mãe, eu não aguento mais! Veja se a senhora dá um jeito! Isso aqui é um verdadeiro inferno.

A carta dá a perceber uma faceta de Caio que lhe renderá ótima literatura: o pendor para o dramático, a teatralidade, o exagero. Zael foi buscar o filho, mas a crise depressiva já tinha passado, e o jovem acabou não voltando para Santiago.

Em 1966, publicou seu primeiro conto, *O príncipe sapo*, na revista *Cláudia*. No ano seguinte, entrou para o curso de Letras da UFRGS, o qual nunca concluiu. Dois anos mais tarde, mudou-se para São Paulo para trabalhar na primeira equipe da revista *Veja*. Vindo dos rincões gaúchos, de início, o escritor não se adaptou à metrópole. Um difícil começo, como o fora também para Caetano Veloso, ídolo de Caio, a quem ele dedicaria sua obra de maior sucesso, *Morangos mofados*.

Demitido da *Veja*, aceitou, então, o convite para morar em Ipanema, na cidade maravilhosa, no apartamento de Maria Helena, irmã de Lúcio Cardoso, de onde escreveu aos pais: *“E as pessoas que passam por mim não saberão jamais que nasci em Santiago do Boqueirão e um dia fui estudar em Porto Alegre, que eu era tímido e agressivo, porque me achava horrível com aquele bigodinho precoce (hoje, querem pintar retratos, me acham parecido com Cristo, dizem que tenho olhos lindos!). Acho graça, acho muita graça”*.

Decidido a retomar os estudos, Caio passou todo o ano de 1970 na capital gaúcha. Ali prestou exames para o curso de Diretor Teatral, no Centro de Artes Dramáticas (CAD), o qual também não concluiu. Em 1971, retornou ao Rio para morar numa comunidade, imerso na cultura hippie, em busca do sonho ‘paz e amor’ da juventude da época. No final do ano seguinte, já estava de volta à capital gaúcha; e em 1972, começou a trabalhar no jornal *Zero Hora*. Em carta aos amigos Vera e Henrique, disse: *“Porto Alegre é muito bonita, mas estas coisas não têm importância quando a gente está todo esfarrapado por dentro [...] Do tempo passado no Rio sobraram certezas duras e vários assassinatos; das pessoas, sobraram só vocês dois”*.

Em maio de 1973, embarcou para a Europa. De Londres, em setembro, mandou notícias: *“Eu estou muito melhor: a Suécia*



Cena do filme *Sobre Sete Ondas Verdes Espumantes*, de Bruno Polidoro e Cacá Nazário, que mostra detalhes da vida do escritor

foi uma experiência bastante dura, é um país completamente diferente de tudo que eu tinha visto, tudo muito arrumado, as pessoas fechadíssimas [...] Londres é fascinante. Uma cidade imensa, mas incrivelmente tranquila - a gente anda nas ruas como se estivesse em um bairro de Porto Alegre”. Ainda sobre a experiência europeia, Caio escreveu a Vera de Londres em outubro: *“Em qualquer circunstância, eu acho, a experiência Europa é fundamental [...] A gente sangra e geme - mas sai mais vivo, com a vida dividida pra lá e pra cá”*.

O lugar de Caio sempre foi e sempre será a literatura, que nunca o sufocou, nunca o desapontou, e que ele dominou como poucos

Em maio de 1974, tendo regressado à casa dos pais, Caio escreveu à amiga Vera: *“A barra mesmo é ter que estar vivo e ter que descobrir, batalhar um jeito qualquer de ficar numa boa”*. Seu plano inicial de ficar na capital gaúcha meses se transformou em anos. Em novembro de 1977, desabafou a João Silvério Trevisan: *“Eu tô com vontade de sair de Porto Alegre, uma vontade desesperada. Preciso correr risco, correr perigo, ser desafiado. Aqui, as coisas amornam a cada dia”*. Foi para São Paulo em meados de 1978, de onde escreveu a sua mãe: *“Eu tenho muita vontade de ir embora do país outra vez”*.

A consagração nacional viria em 1982, com a publicação do livro de contos *Morangos mofados* pela editora Brasiliense, sucesso de vendas e de crítica. Saiu da capital paulista em maio de 1983 para mudar-se para o Rio de Janeiro; mais uma tentativa de morar na “cidade maravilhosa”.

Entre idas e vindas entre São Paulo e o Rio, em 1994, já ciente de ser portador do vírus HIV e muito doente, foi aconselhado a buscar rotina leve e qualidade de vida. Mudou-se definitivamente para a casa dos pais, enfim, para seu porto seguro.

Esse resumido itinerário do escritor e das sensações que ele vai deixando/acrescentando pelas cidades por que passa, rastreado a partir de sua correspondência, aponta para um sentimento de deslocamento em relação a todos os lugares. Mesmo que, inicialmente, haja satisfação ou até mesmo euforia em relação a alguma cidade, aos poucos isso é substituído por desinteresse, solidão, às vezes desespero, o que não se restringe à sua relação com a capital gaúcha. Seja a pequena Santiago, a promissora Porto Alegre, a grande São Paulo ou a exuberante Londres, todas, de um jeito ou de outro, acabam por sufocá-lo, mas, paradoxalmente, por desapontá-lo, não se deixando dominar. A “alma dramática” que se revelou na juventude era também itinerante, andarilha. De fato, ele nunca ficou tempo suficiente (ou se dispôs a) em uma cidade, a ponto de dominá-la, com exceção de Porto Alegre no final da vida, que foi tranquilamente habitada a partir da casa dos pais.

Isso ocorre porque o lugar de Caio sempre foi e sempre será a literatura, que nunca o sufocou, nunca o desapontou, e que ele dominou como poucos. No fechamento da crônica *Primeira carta para além dos muros*, para o jornal *O Estado de São Paulo*, em agosto de 1994, quando revela ser portador do vírus HIV, ele escreve: *“A única coisa que posso fazer é escrever - essa é a certeza que te envio, se conseguir passar essa carta para além dos muros. Escuta bem, vou repetir no teu ouvido, muitas vezes: a única coisa que posso fazer é escrever, a única coisa que posso fazer é escrever”*.

O espaço geográfico a seu redor era apenas paisagem para seu universo interior muito criativo, muito inquiridor, muito rico, enfim. Na verdade, bem mais rico do que a paisagem exterior, a ponto de transbordar às vezes, não cabendo em si mesmo. E a

literatura era a possibilidade de viver esse mundo interior que não cabia no exterior, de preencher o vazio, o oco que o espaço geográfico nunca conseguiu completar.

A cidade é o cenário preferido de suas histórias, que, embora sejam narrativas em que a temática social predomina, esta é filtrada pela interioridade das figuras humanas, que reagem de várias maneiras aos fatos. Assim, sua obra tende a ser classificada como psicológica ou intimista porque enfatiza o prisma interior, a partir do qual os eventos externos são percebidos. Esses deixam de ter sentido predominantemente social para se confundirem com problemas do inconsciente. Com isso, Caio foi capaz de incorporar ao espaço urbano novos significados, ampliando o repertório e o alcance da literatura, representando seres diversificados. Mas, quando fala da cidade, não se refere a uma especificamente, mesmo que seja possível identificá-la através de algumas marcas textuais. A exigência que Porto Alegre fez de ser sua única musa frustrou muito mais a cidade do que o escritor, porque, de algum modo, Caio sempre falou de dentro. Para ele, Santiago, Porto Alegre, São Paulo, Londres são todas cenários para o desnudamento da alma humana por meio da palavra.

O lugar de onde Caio sempre falou foi a literatura; o lugar que ele sempre buscou foi a literatura; o lugar de onde ele quer ser lembrado é a literatura. Em carta à amiga Vera, desabafa: *“O meu [jeito de ficar numa boa] tem sido olhar pra dentro, devagar, ter muito cuidado com cada palavra, com cada movimento, com cada coisa que me ligue ao de fora. Até que os dois ritmos naturalmente se encaixem outra vez e passem a fluir”*. Parece que finalmente Porto Alegre entende essa fluidez e consegue se reconhecer em cada linha de seus textos e deixar todos se reconhecerem. Homenagear Caio F é assumir sua universalidade e deixá-lo tomar seu legítimo lugar no mundo: a literatura.

*Professora titular do Instituto de Letras da UFRGS



► **Redação** Ánia Chala | Fone: 3308-3368 | Sugestões para esta página podem ser enviadas para jornal@ufrgs.br

DESTAQUE



Alice

no país das maravilhas

Teatro acessível Grupo apresenta montagem em Libras baseada no clássico de Lewis Carroll

No próximo dia 12, no Salão de Atos, às 20h, será apresentada a peça *Alice no país das maravilhas*, uma produção do Grupo Signatores – Teatro com Surdos. A atividade integra a programação do III Encontro Cidades e Universidade que está sendo realizado na UFRGS (veja mais detalhes sobre o evento na página 3 desta edição) e é encenada para surdos, com acessibilidade aos ouvintes. Essa perspectiva incomum é uma das marcas da companhia formada por estudantes e pesquisadores da Universidade em 2010, a partir do interesse em investigar os processos de construção da linguagem teatral própria da cultura surda.

O Signatores desenvolve um espaço de experimentação no qual os surdos são os principais autores da produção artística, em um diálogo permanente entre ouvintes e não ouvintes. O grupo estuda os processos de construção da linguagem teatral surda por meio do projeto de pesquisa *Gestos que falam: diálogos entre teatro e educação*.

Além da publicação de artigos científicos e participação em

congressos nacionais e internacionais, o Signatores oferece à comunidade surda aulas práticas de teatro gratuitamente, as quais beneficia jovens e adultos residentes em regiões periféricas de Porto Alegre e região metropolitana.

Desafiando padrões – O nome da companhia decorre da junção das palavras “signo” e “atores”. Também é um trocadilho com as palavras “signatário” e “signatura”, ambas com origem no termo latino “signare” (aquele que assina).

O elenco que levará a adaptação da obra de Lewis Carroll ao palco do Salão de Atos convive com a surdez. A história da menina que se aventura em um mundo fantástico é a quarta montagem do repertório do grupo de atores surdos e será apresentada totalmente em Libras. Ao lado do palco, dois atores-narradores fazem a tradução para os ouvintes.

De acordo com a diretora do espetáculo, Adriana Somacal, “o português e a libras irão conviver, mas não se trata de uma dublagem, porque a gente entende

que a libras tem a comunicação em cena”.

No cenário assinado pelo artista Álvaro Vilaverde, os destaques são as grandes dobraduras de papel que se transformam conforme a trama avança. A encenação é complementada pela trilha sonora original composta pelo professor e compositor do Departamento de Música do Instituto de Artes Eloy Fritsch. Outra aposta da companhia também desafia os padrões estabelecidos, já que a atriz Brenda Oliveira Artigas, que interpreta Alice, é negra. Conforme a diretora, a jovem não foi escolhida para o papel apenas pelo talento, mas por uma questão de espaço e visibilidade. “Assim como a surdez, o negro passa por algo parecido em nossa sociedade”, explica.

A montagem tem assessoria pedagógica do professor da Faculdade de Educação Sérgio Lulkin. No elenco, além de Brenda Artigas, estão Bruno Anjos, Karina Moraes, Márcio de Lima, Rosiglei Vieira e Umberto da Rosa. O espetáculo tem entrada franca com distribuição de senhas a partir das 19h.

CINEMA

Marcas da Memória

Ciclo de filmes realizado por meio de parceria entre a Sala Redenção, SESC/RS e o grupo de pesquisa *Constitucionalismo e Justiça de Transição na América Latina*, da Faculdade de Direito da UFRGS. A atividade é um projeto da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. Sessões com entrada franca.

1964 - UM GOLPE CONTRA O BRASIL (Brasil, 2013, 145 min), de Alípio Freire
Sessões: 1º de abril, 16h; 5 de abril, 19h

UMA DOR SUSPensa NO TEMPO (Brasil, 95 min), de Vera Rotta
Sessões: 1º de abril, 19h; 4 de abril, 16h

A MEMÓRIA QUE ME CONTAM (Brasil, 2013, 95 min), de Lúcia Murat
Sessões: 4 de abril, 19h; 5 de abril, 16h

AINDA HOJE EXISTEM PERSEGUIDOS POLÍTICOS (Brasil, 2012, 57 min), direção do Coletivo Catarse
Sessões: 6 de abril, 19h; 7 de abril, 16h

INFÂNCIA CLANDESTINA (Argentina/Brasil/Espanha, 2012, 112 min), de Benjamín Ávila
Sessões: 7 de abril, 19h; 8 de abril, 16h

DUAS HISTÓRIAS (Brasil, 2012, 52 min), de Angela Zoé
Sessões: 8 de abril, 19h; 13 de abril, 16h

NO (Chile, EUA, 2012, 117 min), de Pablo Larraín
Sessões: 13 de abril, 19h; 14 de abril, 16h

LABIRINTO DE PAPEL (Brasil, 2014, 29 min), de André Araújo, Roberto Giovannetti +
LUA NOVA DO PENAR (Brasil, 2013, 27 min), de Leila Jinkings, Sidnei Pires
Sessões: 14 de abril, 19h; 15 de abril, 16h

MEMÓRIA PARA USO DIÁRIO (Brasil, 2007, 94 min), de Beth Formaggini
Sessões: 15 de abril, 19h; 18 de abril, 16h

MUROS E PONTES: MEMÓRIA PROTESTANTE NA DITADURA (Brasil, 64 min), realização KOINONIA
Sessões: 6 de abril, 16h; 18 de abril, 19h

DIÁRIOS DE UMA BUSCA (Brasil, 2011, 108 min), de Flávia Castro
Sessão: 19 de abril, 16h

CIDADÃO BOILESEN (Brasil, 2009, 92 min), de Chaim Litewski
Sessões: 19 de abril, 19h; 20 de abril, 16h

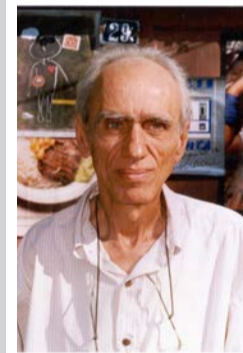
UM GOLPE, 50 OLHARES (Brasil, 54 min), produzido pela ONG Criar Brasil
Sessões: 20 de abril, 19h; 22 de abril, 16h

O DIA QUE DUROU 21 ANOS (Brasil, 2013, 77 min), de Camilo Tavares
Sessões: 22 de abril, 19h; 25 de abril, 16h

NOSSAS HISTÓRIAS (Brasil, 2014, 77 min), de Angela Zoé
Sessões: 25 de abril, 19h; 26 de abril, 16h

RETRATOS DE IDENTIFICAÇÃO (Brasil, 2014, 71 min), de Anita Leandro
Sessões: 26 de abril, 19h; 27 de abril, 16h

OS DIAS COM ELE (Brasil, 2014, 107 min), de Maria Clara Escobar
Sessão: 28 de abril, 16h



BETINHO - A ESPERANÇA EQUILIBRISTA (Brasil, 2015, 90 min), de Victor Lopes
Sessões: 28 de abril, 19h; 29 de abril, 16h

NAU INSENSATA (Brasil, 2014, 15 min), de Cristiano Sidoti +
JUVENTUDES E LUTAS EUMÉNICAS (Brasil, 21 min), de Juliana Radler
Sessão: 29 de abril, 19h

Mostra Cidades e Universidades

Atividade que integra o III Encontro de Cidades e Universidades, exibindo vídeos de projetos e intervenções poéticas e artísticas sobre os problemas urbanos enfrentados por cada uma das cidades que fazem parte do evento. Sessões: 11 de abril, 16h e 19h; 12 de abril, 16h
Entrada franca

Cinemas em Rede

Projeto de compartilhamento e difusão de conteúdos audiovisuais pela internet de alta capacidade, coordenado pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa em parceria com os ministérios da Cultura (MinC) e Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

A VIZINHANÇA DO TIGRE (Brasil, 2014, 95 min), de Affonso Uchoa
Sessão: 12 de abril, 19h
Entrada franca

8º. Festival Escolar de Cinema

O Programa de Alfabetização Audiovisual, em parceria com a Faculdade de Educação, a Pró-reitoria de Extensão e a Sala Redenção, apresenta filmes para estudantes de todas as idades e escolaridades. Coordenação: Maria Angélica dos Santos. Sessões: 12 a 15 de abril, 9h e 14h; 20 a 26 de abril, 9h e 14h; 27, 28, 29 de abril, 14h
Entrada franca

CineDHebate: Documentários

A Liga dos Direitos Humanos da Faculdade de Educação, em parceria com a Sala Redenção, exibe uma seleção de filmes mudos precursores do documentário. Curadoria: Giancarla Brunetto e Nycolas Friedrich Von Peters Correia Motta

SELEÇÃO DE FILMES DOS IRMÃOS LUMIÈRE (França, década de 90 do século XIX, 60 min), dos irmãos Lumière
Sessão: 27 de abril, 19h
Entrada franca

ESPECIAL

UFRGS sobre Rodas

Passeio ciclístico organizado pelo Departamento de Difusão Cultural da Pró-reitoria de Extensão da Universidade.

Data: 17 de abril, sábado Local e horário: Câmpus Centro, 10h

Inscrições: até 8 de abril na secretaria da PRAE – Anexo III da reitoria

MÚSICA

Vale Vale

Projeto de extensão que neste ano tem por tema gerador a estética do estar-junto-solidário. Serão realizados espetáculos de música, saraus literários, espetáculos de dança e outras atividades com grupos locais que farão oficinas para estudantes da Universidade. Coordenação de Sinara Robin.

BRINCANTES DO PARALELO 30 – CULTURA E FOLCLORE
Apresentação do grupo formado por artistas de diferentes áreas que

integram o projeto de extensão do curso de Licenciatura em Dança da Universidade e dedicam-se a estudar e praticar manifestações da cultura popular brasileira, como danças, folguedos, músicas, poesias e jogos. Durante o evento, o público será convidado a cantar e dançar sob a cadência de cirandas, afoxés e quadrilhas. Data: 13 de abril Local e horário: Palco Grego do Câmpus do Vale, 17h30
Entrada franca

EXPOSIÇÃO



Pinacoteca Barão de Santo Ângelo – Módulo II

Nova mostra que exhibe parte da coleção de

gravuras, desenhos e fotografias do acervo da Pinacoteca Barão de Santo Ângelo do Instituto de Artes da UFRGS. O conjunto de obras, referência nas artes do estado e do país, integra o patrimônio artístico e cultural da Universidade. Curadoria dos professores Blanca Brites e Paulo Gomes
Abertura: 13 de abril, às 19h
Local e horário: Museu da UFRGS, de segunda a sexta-feira, 8h às 20h
Entrada franca
Agendamento de grupos pelo telefone 3308-3390.

Presença da Pinacoteca Barão de Santo Ângelo

Exposição de obras do acervo da Universidade que recupera sua importância enquanto coleção pública. Idealizada pelo Instituto de Artes e pelo Departamento de Difusão Cultural da UFRGS, com a curadoria dos professores Blanca Brites e Paulo Gomes. Local e horário: Salão de Festas da Reitoria, de segunda a sexta-feira, das 10h às 18h
Entrada franca

ONDE?

► **Museu da UFRGS**
Oswaldo Aranha, 277
Fone: 3308-4022

► **Sala Redenção**
Luiz Englert, s/n.º
Fone: 3308-3933

► **Salão de Atos**
Paulo Gama, 110
Fone: 3308-3066

► **Salão de Festas**
Paulo Gama, 110 - 2.º andar
Fone: 3308-3034

► **Teatro Grego**
Bento Gonçalves, 9,500
Fone: 3308-3933

Meu Lugar na UFRGS



GUSTAVO DIEHL/JU

No lugar da capacitação

Cristiane confirmou mais uma vez ter escolhido corretamente o espaço onde trabalhar quando um servidor da Universidade lhe fez uma confissão poucos meses atrás. “Resolvi continuar na UFRGS por sua causa. Foram decisivos seu atendimento e a atenção prestada”, recorda, quase sem jeito, a coordenadora da Divisão de Análise e Orientação do Desenvolvimento na Carreira da Escola de Desenvolvimento de Servidores (EDUFRGS).

Economista cursando a segunda graduação em Psicologia, Cristiane Difini trabalha na Universidade há 21 anos e já passou por diferentes unidades, mas firmou seu lugar na Escola de Desenvolvimento de Servidores, órgão da Pró-reitoria de Gestão de Pessoas. Em sua função, ela atenta especialmente para o modo como informar uma rejeição a determinada solicitação de um trabalhador da Universidade.

“Há situações em que é necessário rejeitar um pedido do servidor ou negar um incentivo à capacitação. As pessoas veem até aqui indignadas reclamar, mas isso geralmente acontece quando o trabalhador escolheu uma área não relacionada à sua função dentro da UFRGS. Claro, existe uma legislação que regula isso. Sempre tentamos evitar que o indeferimento se resuma ao ato de carimbar um documento”, ressalta, complementando: “Preferimos chamar o colega e explicar da forma menos burocrática e mais humana possível”.

Criada em 2013, a Escola capacita professores e técnicos por meio da promoção de atividades de aprendizagem interdependentes. Entre as atribuições desse espaço, localizado no quarto andar da reitoria, está a formulação do Plano Anual de Capacitação da UFRGS, voltado para o atendimento de demandas de desenvolvimento de servidores técnico-administrativos e de docentes em estágio probatório. Além disso, a EDUFRGS possui o Programa de Atividades de Aperfeiçoamento Pedagógico (PAAP), que faz a recepção aos novos docentes, buscando proporcionar uma formação continuada na Universidade.

O espaço da Cristiane na UFRGS também tem como função

ir atrás daqueles trabalhadores que já têm tempo suficiente para obter progressão na carreira. Aproximadamente 1,5 mil servidores que já possuem carga-horária suficiente em capacitação e interstício entre o curso realizado e o período de solicitação foram avisados pela EDUFRGS em 2015 que poderiam solicitar a progressão na carreira. “Ligamos para eles e recebemos a partir disso uma enxurrada de pedidos”, ressalta Cristiane.

A servidora, que trabalhou durante dez anos na Escola de Engenharia, diz que aprendeu muito na unidade anterior, mas que só agora se sente de fato realizada. “A EDUFRGS me dá muita alegria. Aqui me realizo pessoal e profissionalmente. É o local em que podemos interagir com os servidores, sendo muito gratificante quando obtemos um retorno das pessoas atendidas. Além disso, sempre quis trabalhar nesse setor”, ressalta Cristiane.

Ela destaca a parceria com a colega Rosani Bittencourt Nicoletti. “Participamos juntas da Comissão de Acompanhamento do estágio probatório dos técnicos administrativos da Universidade, além de planejarmos e executarmos muitas das capacitações. Nestes últimos cinco anos, a nossa relação profissional foi fundamental e decisiva para o nosso amadurecimento aqui na UFRGS. Ela é minha grande aliada.”

O lugar de Cristiane também é um espaço que vai além do aceite de progressão na carreira dos técnicos que realizam mestrado e doutorado. Servidores que não concluíram o ensino fundamental e médio recebem incentivos para terminar os estudos. Em 2015, 31 trabalhadores se formaram na modalidade Ensino para Jovens e Adultos (EJA) do Colégio de Aplicação. “Percebemos a grande realização desses colegas que tiveram incentivos para estudar, considerando que o salário do nível fundamental é muito inferior. Ações assim nos dão a dimensão da importância do trabalho aqui realizado”, comemora.

Samantha Klein

Esta coluna é uma parceria entre o JU e a UFRGS TV. Os programas serão exibidos no Canal 15 da NET diariamente às 20h e às 23h.

Perfil

Derretendo a geleira

Jefferson Simões
Referência em estudos polares, professor fala de sua visão para além dos muros da Universidade

Samantha Klein

Ele ainda não assistiu ao filme *O regresso*, dirigido pelo mexicano Alejandro Iñárritu, mas já conhece a história da superação humana frente aos riscos que a natureza selvagem impõe. O longa que deu o Oscar ao ator Leonardo DiCaprio apresenta o desejo de revanche, após o abandono do personagem gravemente ferido em meio ao gelo e também a luta para resistir ao frio extremo.

Glaciólogo pioneiro no Brasil, Jefferson Cardia Simões já realizou 22 expedições aos continentes gelados, sendo duas dezenas delas ao Polo Sul. “*O regresso* mostra como sobreviver à agressividade da natureza. No dia a dia de uma missão polar, enfrentamos esse tipo de situação (com exceção ao ataque do urso). Todos perguntam sobre o estresse que a equipe passa, pois acampamos em um ambiente de -20 graus. Mas não estamos estressados, já que a nossa preocupação primária é com a sobrevivência. É necessário cavar o gelo para que a barraca fique bem

presa; temos de cozinhar ali dentro; e dormir num local considerado quente a -5°. A gente só começa a trabalhar depois de sobreviver”, sustenta o coordenador do Centro Polar e Climático da UFRGS.

Jefferson ressalta que as equipes de brasileiros e sul-americanos das expedições não tiveram nenhum incidente sério até o momento por utilizarem os melhores equipamentos disponíveis. “No período do doutorado no Scott Pollar Research Institute da Universidade de Cambridge, um colega morreu em missão na Rússia. Assim como pilotos de Fórmula 1 podem ter acidentes fatais, uma pessoa que trabalha com explosivos pode morrer na explosão de uma mina, um glaciólogo pode cair em uma fenda. Mas tomamos todos os cuidados e há técnicas para evitar ao máximo o risco”.

Para o cientista, estressantes mesmo são as barreiras burocráticas. “O mais complicado é a burocracia para sair da UFRGS com os equipamentos e passar pela Receita Federal. O papelório criado no Brasil somente dificulta a vida dos inocentes que querem trabalhar. Os corruptores continuam operando. Esse é um mito que tem de ser revisto! Burocracia para impedir a corrupção é papo-furado”.

Família e esporte – Mesmo que a pesquisa tome a maior parte de seu tempo, Jefferson considera que a família e a prática esportiva complementam a sua trajetória acadêmica. Casado com Ingrid, em um relacionamento que começou aos

15 anos, e pai de dois filhos, o professor sempre teve suporte para sua carreira. “Por conta das expedições, que nos anos 90 duravam entre dois e três meses, fiquei uns dois anos de casado longe da Ingrid. Atualmente é mais fácil ir para a Antártida em viagens que duram menos de um mês. Começamos nos comunicando por rádio e navegando por bússola e agora falamos por telefone via satélite”, explica.

O esporte vem acompanhando a vida deste membro da Academia Brasileira de Ciências. O cientista tinha 11 anos, era disléxico, quando começou a correr incentivado pelo pai. Na corrida tradicional não foi tão bem-sucedido, mas com a marcha atlética chegou a ser campeão gaúcho na modalidade. A prática esportiva representou uma grande mudança em termos físicos e psicológicos, conforme Jefferson. Além disso, foi durante os treinos na Sogipa, em Porto Alegre, que ele conheceu a corredora que se tornaria a namorada e esposa.

“Brinco que sou um viciado em endorfina até hoje. Corro sozinho quatro vezes por semana, cerca de 50 km, em parques ou na rua. Além disso, faço musculação. Isso faz uma diferença inacreditável na produção intelectual. Preciso dessa endorfina para trabalhar e estudar”, admite.

Posicionamento político – Leitor de Júlio Verne na adolescência, o docente defende a formação e a informação multidisciplinar. Nas pesquisas com os chamados testemunhos de gelo, amostras que revelam séculos de precipitação química da atmosfera, as questões históricas, científicas e mesmo diplomáticas estão presentes. Jefferson ressalta que a presença do Brasil no Polo Sul não é apenas em prol do desenvolvimento científico do país, mas um posicionamento claramente político sobre a vontade de ter voto sobre as decisões futuras no continente gelado.

Talvez por isso ele não levante bandeiras. O professor defende o conhecimento de política, mas rejeita o posicionamento dogmático e partidário. “A liberdade intelectual não pode ser prisioneira de dogmas, ou o pesquisador terá uma viseira sobre a realidade e perderá sua independência”, sustenta.

Ele ainda critica as chamadas ‘ditaduras de sociedade’, tão nocivas quanto as individualistas: “No momento em que você destrói e não valoriza o esforço individual, acaba destruindo o grupo inteiro. Isso é um ponto a ser discutido com urgência nesse momento que vivemos no país. Se o mérito acadêmico não for valorizado, a academia será destruída. Todos precisam ter direitos e oportunidades iguais, mas não são iguais. É na valorização da diferença que temos uma sociedade mais justa”. Segundo o professor, o esforço em torno do estudo tem de ser individual e valorizada acima de tudo.

FLÁVIO DUTRA/JU



Você tem o seu lugar na UFRGS?

Então escreva para jornal@ufrgs.br e conte sua história – ou a de alguém que você conheça – com esse local

Experiência urbana

FOTOS

LETICIA LAMPERT
LUCIANE BUCKSDRICKER
MARCO ANTONIO FILHO

TEXTO

FLÁVIO DUTRA

A MOSTRA

EXPERIÊNCIAS**URBANAS** TRAZ

TRABALHOS DE ALEXANDRE DE NADAL, GIORDANO TOLDO, LEO CAOBELLI, LETICIA LAMPERT, LUCIANE BUCKSDRICKER, LU RABELLO, KLAUS EISENLOHR, MARCO ANTONIO FILHO, MARION VELASCO E VIVIANE GUELLE, EM EXPOSIÇÃO NO PÁTIO CENTRAL DO CÂMPUS CENTRO DA UFRGS, COM VISITAÇÃO ENTRE 1.º DE ABRIL E 9 DE MAIO, DAS 7H30 ÀS 22H.

A fotografia tem seu surgimento profundamente ligado ao desenvolvimento das cidades. Se uma das primeiras imagens criadas por Luis-Jacques Mandé Daguerre, o inventor do processo fotográfico conhecido cabotinamente como daguerreótipo, em 1839, mostra uma suposta cena urbana, também as cidades, neste momento, estão crescendo em área, em população, em serviços e em importância em plena Revolução Industrial. “Suposta cena urbana” porque o sujeito que ali aparece engraxando os sapatos, foi “dirigido”, ou ao menos orientado, a permanecer parado pelos 10 minutos necessários à exposição.

Ao longo do século XX, a cidade também consagrou, digamos assim, um conjunto de fotógrafos que fizeram desse ambiente seu universo de pesquisa e seu campo de ação. Seja observando o cotidiano com “pés de raposa” como Cartier-Bresson, fotografando compulsivamente como Garry Winogrand ou pensando conceitualmente um tema como Robert Frank e seu *The americans*, a *street photography* se tornou um dos marcos imagéticos do período.

A exposição *Experiência Urbana*, segundo a curadora Elaine Tedesco, partiu da intenção de atualizar a tradição da fotografia nas cidades, trazendo para a Universidade experimentos recentes nesse ambiente. Para isso, convidou dez artistas pesquisadores que têm como um dos seus interesses o espaço urbano e os usos que fazemos dele por meio de registros em fotografias, vídeos ou áudios.

Segundo diz a curadora no texto de apresentação, “a mostra reflete os olhares daqueles que se movem pelas ruas das cidades e sobre elas projetam os seus desejos de encontro e de estranhamento, recortando dessa vivência a complexidade da vida em nossos dias. Transformando-a em experiência, situada na coemergência do que é singular e daquilo que é coletivo, a *Erfahrung Benjaminiana* é aqui compartilhada por meio de imagens que indicam uma tradição e fazem emergir algo que também nos afeta”.



LUCIANE BUCKSDRICKER



LETICIA LAMPERT



LUCIANE BUCKSDRICKER



LETICIA LAMPERT



MARCO ANTONIO FILHO



MARCO ANTONIO FILHO

Interagir • para inovar

TEXTO FELIPE EWALD FOTOS FLÁVIO DUTRA

A RELAÇÃO DA UNIVERSIDADE COM A SOCIEDADE pode assumir diversas formas. Uma delas é materializada pela incorporação do conhecimento produzido em um laboratório acadêmico por uma empresa, a fim de desenvolver novo componente, dispensando a compra do correspondente importado.

Esse conhecimento a ser transferido pode ter sido gerado como atividade corriqueira do pesquisador ou pode advir de uma demanda previamente identificada do setor produtivo. Adentramos, assim, algumas questões de fundo que alimentam um debate prolífico, a começar pela contenda sobre o lugar da pesquisa aplicada dentro da Universidade. Deveria ela primar pela pesquisa básica? Isso bastaria para os anseios da sociedade? Ainda nessa direção: é suficiente publicar artigos e apresentá-los em congressos para que o conhecimento seja apropriado pela sociedade? Em outra vertente: a absorção pela iniciativa privada do conhecimento financiado com verbas públicas é o único modelo possível? O setor privado está disposto a investir em pesquisa e desenvolvimento e dar continuidade ao processo de inovação alavancado?

Os questionamentos gerados pelo tema emergem do chamado Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação (Lei 13.243), sancionado pela Presidente da República em janeiro deste ano. Classificado pelos pesquisadores e dirigentes universitários como um grande avanço, mesmo que limitado pelos vetos presidenciais, o documento tem a intenção de promover e dinamizar as atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação no país, incentivando o fortalecimento do setor produtivo nacional a partir das investigações realizadas por Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs).

Com o intuito de colaborar para a discussão a respeito da relação da Universidade com a iniciativa privada, iniciamos o percurso deste caderno buscando compreender o que representa o Marco Legal e que impactos ele pode gerar nos processos de inovação. No âmbito da UFRGS, relatamos algumas experiências de interação já em andamento, ilustrando os modos de participação de cada ente envolvido: pesquisadores e laboratórios, empresas, núcleo de interação tecnológica e fundação de apoio. Por fim, colocamos em questão como as pesquisas podem sair do ambiente acadêmico e serem levadas para a sociedade.

Dutos utilizados pelo Laboratório de Metalurgia Física da UFRGS em experimentos de solda para a indústria petrolífera

Visão geral

A Lei n.º 13.243 recebe a alcunha de Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação pelo fato de que ela basicamente se limita a alterar a redação ou incluir novos pontos em outras nove leis já existentes. Nesse sentido, a que mais recebeu intervenções foi a chamada Lei da Inovação (10.973/04), que tinha certa carência de regulamentações e esclarecimentos. Esta trata basicamente do mesmo teor daquele, estabelecendo medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas ao desenvolvimento deste e à capacitação e autonomia tecnológicas do país.

“O Marco parece ter sido norteado por uma visão desenvolvimentista: propor que o conhecimento existente em centros de pesquisa e universidades possa ser transformado em algo aplicado, gerando desenvolvimento e inovação.” Assim avalia o professor José Carlos Frantz, pró-reitor de Pesquisa da UFRGS. Ele acrescenta que essa aproximação com setores que almejam avanços competitivos reforça o papel da Universidade como centro de pesquisa e a necessidade de ela se envolver na sociedade como agente de desenvolvimento e de inovação.

Isenções – No que tange à urgência de se dinamizar e aperfeiçoar os processos relativos à pesquisa, o documento contou com o suporte e a pressão de entidades ligadas ao setor, entre elas a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). Apesar da recepção positiva que sua aprovação recebeu, segue havendo um clima de cautela a respeito dos reais impactos que a nova norma poderá acarretar, já que segue em aberto a apreciação – e possível derrubada – dos vetos presidenciais pelo Congresso. Além disso, para sua aplicação plena, serão necessárias muitas regulamentações por meio de decretos ainda a serem redigidos. Adriano Rossi, consultor jurídico da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico da UFRGS (Sedetec), explica que essa adequação legal dará segurança jurídica para que as procuradorias tenham garantia de como deve ser feito o encaminhamento correto.

Um dos pontos centrais assegurados parcialmente na redação final do Marco Legal é o que se refere às importações, tratando da agilidade do desembaraço aduaneiro e de isenções para itens previstos na execução de projetos de pesquisa. Frantz opina que, “se não houver algum tipo de tratamento diferenciado, dificilmente haverá desenvolvimento científico no país. Isso significa isentar taxas e encargos e facilitar a operacionalização”. O texto original da lei, contudo, sofreu vetos recomendados pelo Ministério da Fazenda, permanecendo apenas as isenções que dizem respeito às agências públicas. “Ou seja, os centros de pesquisa dentro da Vale, por exemplo, não terão essa dispensa”, ilustra o professor.

Os vetos deixaram, ainda, uma dúvida: não está claro se as fundações de apoio de instituições públicas estão incluídas nessa desobrigação ou não. “Como boa parcela dos recursos é executada através delas, se não for possível usar as mesmas regalias de compra do ente público, o propósito da lei se esvai”, pontua o pró-reitor. Justamente, a fundação se faz necessária porque, quando o dinheiro entra diretamente no caixa da Universidade, há limitações de aplicabilidade dentro do ano fiscal, especialmente se o projeto for executado em dois ou três anos, já que no final de cada período os valores em caixa são recolhidos aos cofres públicos.

Licitações – Outro eixo de estímulos à dinamização da pesquisa diz respeito à inclusão de situações em que seria dispensada a licitação. No entanto, foi vetado o artigo que previa a não obrigatoriedade de se licitarem as contratações

de microempresas e empresas de pequeno e médio porte (sob a alegação de que a dispensa deve ter caráter bastante excepcional e a redação da lei lhe dá uma amplitude excessiva).

Essas são, segundo Frantz, as organizações mais ágeis em termos de geração de tecnologia e inovação, como no ramo de TIC. “Seria altamente positivo se os grandes centros de pesquisa pudessem manter uma relação próxima com elas; trazê-las para dentro da Universidade e trabalhar em conjunto. Se tiver que fazer licitação para contratar, dificilmente haverá a agilidade necessária. Além disso, é comum ocorrer a eliminação dessas empresas pelos grandes grupos, que não têm a agilidade esperada”, opina.

Para ele, o veto perpetua um equívoco: “Enquanto a pesquisa nacional for tratada da mesma forma que a execução de qualquer atividade pública, não teremos um destravamento burocrático das ICTs. Ou seja, enquanto a aquisição de bens para pesquisa, desenvolvimento e inovação for considerada da mesma maneira que a construção de uma ponte, ficaremos limitados pela Lei n.º 8.666, que é positiva no sentido de dar transparência, mas inviabiliza a execução da atividade investigativa”.

A peculiaridade estaria no fato de que alguns itens são necessariamente de escolha pelo critério de qualidade, não sendo passíveis de licitar. Por exemplo, os produtos de laboratório precisam ter uma certificação de qualidade, garantindo a ausência de contaminantes. Pelo critério do menor preço, acabam sendo adquiridos produtos de menor qualidade, com certificação apenas industrial. “Isso impede que se faça pesquisa de qualidade. A Lei n.º 8.666 é um limitante que nos atrasa e impede de alcançar competitividade com outros países”, assevera Frantz.

Questionado sobre que mecanismo alternativo poderia ser encontrado, ele sugere que a Lei de Transparência já garante o livre acesso a todos os procedimentos realizados. “Já há um controle público do processo. É preciso flexibilizar, permitindo que os centros de pesquisa tenham liberdade de aplicação financeira. Não podemos ser tratados como os outros órgãos públicos. A Universidade tem que ter uma legislação específica, senão não seremos competitivos”, completa.

Atividade remunerada – O Marco estabelece o limite de oito horas semanais (ou 416 horas anuais) – ampliado em relação à redação original da Lei n.º 12.772/12 – para que o docente com regime de dedicação exclusiva possa exercer atividades de natureza científica ou tecnológica recebendo retribuição pecuniária.

Para o professor Frantz, neste ponto está envolvida uma confusão. Ele entende que essa limitação deve se referir apenas às atividades de prestação de serviço, mas não de pesquisa e desenvolvimento. No entanto, historicamente, consagrou-se o entendimento de que sempre que há o envolvimento de empresas, configura-se a prestação. “É um erro, porque pode se tratar de pesquisa aplicada, o que é muito diferente, por exemplo, de uma consultoria. A lei é genérica e coloca no mesmo escopo duas coisas distintas”, comenta.

O pró-reitor considera que a Universidade não faz prestação de serviço, o que pode ser praticado pontualmente por seus membros. A ela cabe fazer pesquisa, e isso não pode estar sujeito a restrições de oito horas semanais. Nesse sentido, ele alude a uma comparação: os docentes que realizam pesquisa pura com verba do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por exemplo, não sofrem com nenhuma limitação de carga horária. Para contornar essa discrepância, ele aposta no esforço para criar, na UFRGS, um novo marco de pesquisa aplicada, distinguindo-a da prestação de serviços.

Interação acadêmica

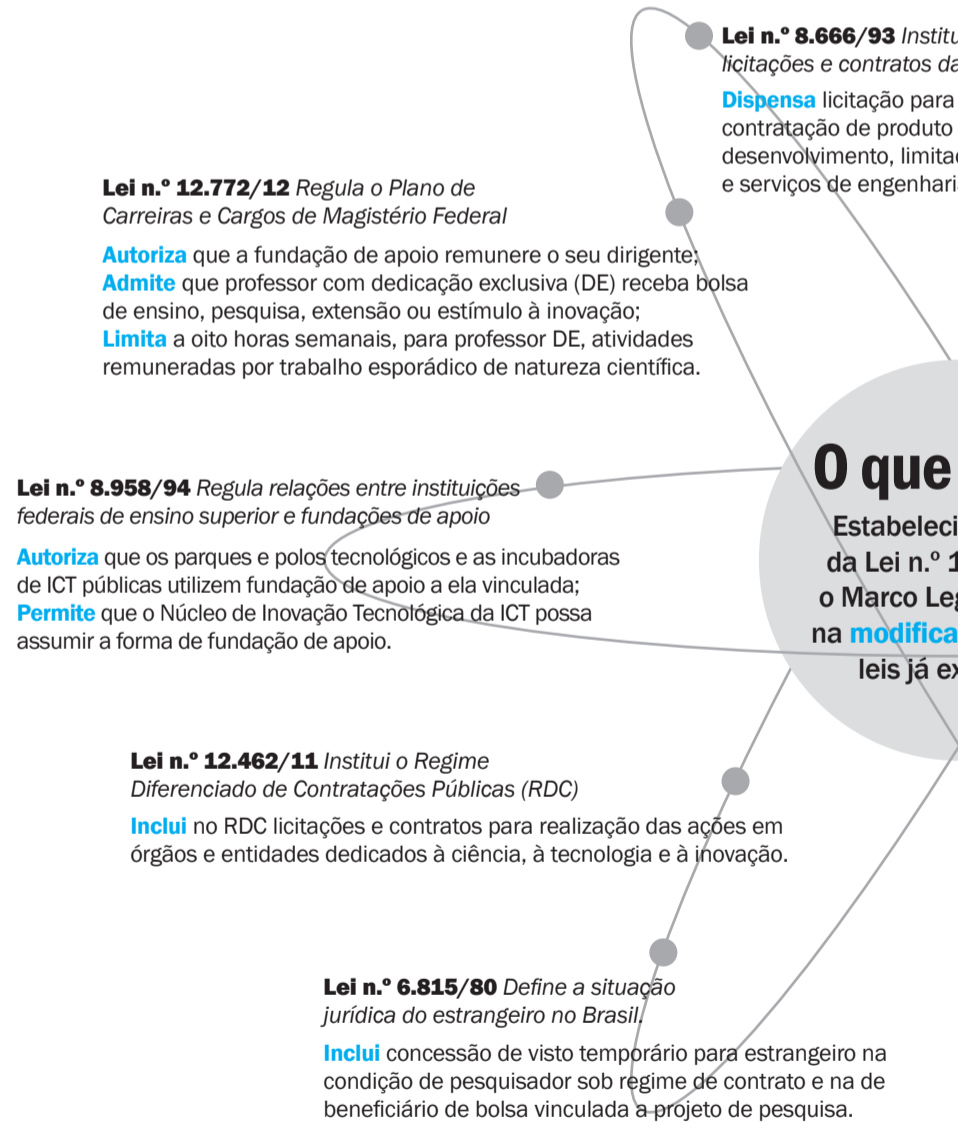
A partir do depósito de uma patente feito por um grupo de pesquisadores da Universidade com a mediação da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico (Sedetec), firmou-se em junho do ano passado um contrato de licenciamento com a empresa Biozeus. Essa é uma modalidade de transferência de tecnologia que pode ser incentivada pelo Marco Legal.

Na UFRGS, esse tipo de atividade já conta com uma regulação desde 2011 (Decisão 193 do Conselho Universitário), que estabelece a figura das Interações Acadêmicas, as quais constituem iniciativas em atendimento às necessidades de terceiros (entidades públicas ou privadas) e tomam a forma de acordos, termos de cooperação, convênios, contratos ou outro instrumento legal que garanta contrapartida à Universidade.

O depósito da patente foi realizado em 2014, mas o processo se iniciou há mais de dez anos com a pesquisa básica realizada por um grupo da Faculdade de Farmácia coordenado pelo professor José Angelo Zuanazzi, que trabalha com prospecção de novas moléculas (farmacognosia). Investigando a espécie botânica nativa *Rhodophiala bifida* (Herb.) Traub, da família *Amaryllidaceae*, a equipe isolou o alcaloide montanina e constatou atividade anti-inflamatória em teste in vitro. Posteriormente, a pesquisa passou a envolver integrantes da Faculdade de Medicina e do Hospital de Clínicas, liderados pelo professor Ricardo Xavier. Foram feitos testes pré-clínicos em

animais que detectaram a ação sobre inflamações sem interferir no sistema imunológico. Isso constituiu uma inovação em relação aos medicamentos disponíveis no mercado, que reduzem a defesa do corpo, propiciando o aparecimento de infecções. Por iniciativa da pesquisadora Patrícia Oliveira, então orientanda do professor Xavier, realizou-se o pedido de patente. “Fizemos, mas sem muita convicção. Quando isolei a molécula, foi, digamos assim, pela poesia da coisa. Nunca imaginei que ia depositar uma patente, muito menos que ela fosse licenciada”, comenta Zuanazzi.

NIT – Tal pedido é operacionalizado pela Sedetec. Trata-se de uma atividade muito específica e minuciosa, sendo necessário dominar a linguagem técnica, além de realizar uma análise cuidadosa do mercado. “Se for mal escrita, joga-se fora”, assevera a professora Raquel Mauler, secretária de Desenvolvimento Tecnológico da UFRGS. Atualmente, para redigir a patente, é necessário contratar um escritório especializado, o que gera uma dependência, pois não há formação de quadros e de pesquisadores que venham a se credenciar para a redação. Mauler acredita que o Marco Legal irá resolver isso, já que abre a possibilidade de os Núcleos de Inovação Tecnológica (NIT), como a Sedetec, funcionarem como uma fundação, tendo quadro próprio de funcionários e, assim, ganhando em flexibilidade de negociação e agilidade. “Nosso problema atualmente



Patentes da UFRGS

	Brasil	Exterior
Pedidos depositados	357	72
Cartas concedidas	13	8

124 são processos em **cotitularidade** (resultantes da interação com empresas)

17 constituem transferência de tecnologia licenciada **podem gerar**

é que os servidores têm que estar previstos no quadro funcional da UFRGS, que não conta com gente que entenda de mercado, de marketing, de pessoa jurídica. Agora, alcançaremos maior profissionalização e alçaremos voos maiores”, complementa a professora.

Na Universidade, essas interações já são reguladas por uma decisão do CONSUN

A Sedetec, portanto, promove a intermediação entre a pesquisa acadêmica e o setor produtivo, completando o ciclo de inovação. “Os NITs fazem a filtragem dentro da universidade para apresentá-la de uma forma que a empresa também compreenda. Temos que entender ainda as necessidades e os interesses da empresa, que são totalmente diferentes do que a universidade busca. Aquela visa ao lucro, ao diferencial tecnológico para ganhar mercado; esta faz pesquisa buscando a inovação. A gente ganha em função da troca de conhecimentos, pois não sabemos como as

tecnologias que a gente desenvolve podem ser aplicadas na empresa”, avalia Adriano Rossi, consultor jurídico da Secretaria.

Uma das incumbências da Sedetec é realizar constantemente a prospecção de atividades de pesquisa e desenvolvimento na Universidade. No caso do contrato firmado com a Biozeus, essa busca foi feita a partir do interesse específico manifestado por esta: identificar grupos de pesquisa com potencial para o desenvolvimento de novos fármacos de uso humano. A Secretaria, então, chamou pesquisadores para um workshop com o responsável do setor privado, que identificou qual se adequava aos seus objetivos. Na etapa seguinte, a empresa assinou um acordo de confidencialidade para que pudesse ter acesso às informações cruciais do desenvolvimento tecnológico selecionado. Posteriormente, havia a opção de fazer um contrato de licenciamento sem exclusividade – o que mantém a tecnologia disponível para qualquer outra empresa que se interesse – ou com exclusividade – o que leva a um procedimento legal maior, pois requer que a Sedetec faça um edital de oferta pública aberto à concorrência de qualquer empresa. Esta foi a modalidade escolhida pela Biozeus no caso do contrato para continuar os estudos com a montanina. Se isso tivesse ocorrido após a vigência do Marco Legal, não seria necessária a publicação da oferta no Diário Oficial, já que a nova lei determina que basta disponibilizá-la no site da Universidade.

Empresa – De acordo com David Pinheiro, analista de projetos da Biozeus, a partir da patente licenciada ocorrerá o “desenvolvimento de uma droga para o tratamento da artrite reumatoide (AR) que apresenta um mecanismo de ação inédito, com maior perfil de segurança comparado com os medicamentos atuais para o tratamento de AR, tendo a capacidade de mudar o curso da doença (*disease-modifying antirheumatic drug*). A reunião dessas características indica o potencial de ser a segunda droga de escolha para o tratamento da AR, um mercado de 20 bilhões de dólares”. Como é comum neste setor, o processo é longo, sendo o plano de trabalho de médio prazo, cerca de uma década.

Há três anos no mercado, a Biozeus tem como foco desenvolver novos fármacos para o mercado global, a partir de estudos selecionados de forma ativa e rotineira junto aos NITs de universidades. Para isso, recebe investimento do BBI Financial – fundo brasileiro de *venture capital*, focado em investir em empresas na área da saúde, sendo os seus principais acionistas o BNDES e a FINEP. “Até o momento, a empresa já analisou 440 projetos, selecionou onze, licenciou oito (sendo seis de universidades) e possui dois projetos em desenvolvimento”, informa David.

Ele comenta que o maior obstáculo é a burocracia, que torna o processo demorado – “o mais longo durou dezesseis meses para ser finalizado e o mais rápido sete meses” –, sendo necessárias

menos burocracia e mais agilidade para que se torne viável para todos. Lembra que o Marco Legal pode colaborar para isso, já que, na relação entre ICT e empresa, esta tem garantido o direito exclusivo para uso e exploração dos resultados da parceria, dispensando a oferta pública. Por outro lado, o analista de projetos acredita que o direito de sublicenciar a terceiros poderia ser abordado de forma mais clara. “Este sempre foi um ponto enfrentado com dificuldade pela empresa junto às Procuradorias das universidades”, arremata.

Tradução – O professor Zuanazzi lembra que o que a Biozeus vai fazer é chegar numa possibilidade de fármaco, mas não é ela que vai produzir, porque não é uma empresa farmacêutica. “Talvez seja assim: nós estamos aqui falando numa linguagem dura. A Biozeus consegue entender a nossa linguagem e conversar com os outros. E estes conseguem compreender. É uma espécie de tradução. Se a gente da academia pura for se encontrar com o pessoal do mercado, vai um rir do outro”, ironiza. Para ele, a parceria é vantajosa porque a empresa possibilitará a continuidade dos ensaios.

Questionado sobre os rumos que a pesquisa teria tomado caso não tivesse ocorrido o pedido de patente e o licenciamento, o pesquisador responde que o grupo teria publicado mais alguns artigos, como ocorre nos outros trabalhos. “Ficam ali em domínio público. Talvez alguém olhasse e se interessasse”, conclui.

... normas para a Administração Pública para aquisição ou para pesquisa e ... da, no caso de obras a, a R\$ 300 mil.

Lei n.º 8.032/90 Limita a isenção ou redução de impostos de importação

Inclui isenção para empresas na execução de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação (pendente de regulamentação).

Lei n.º 8.010/90 Dispõe sobre importações de bens destinados à pesquisa científica e tecnológica

Restringe a isenção dos impostos de importação e sobre produtos industrializados às operações realizadas por CNPq, cientistas, pesquisadores, ICT ou entidades sem fins lucrativos (estas reincluídas pela Medida Provisória n.º 718) na execução de pesquisa.

Lei n.º 10.973/04 Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo

Possibilita que as ICTs públicas compartilhem instalações físicas e capital intelectual com empresas;
Faculta à ICT ceder ao parceiro privado a totalidade dos direitos de propriedade intelectual;
Admite à ICT transferir tecnologia com cláusula de exclusividade sem necessidade de oferta pública;
Permite ao pesquisador público em regime de dedicação exclusiva exercer atividade remunerada de pesquisa;
Possibilita à ICT celebrar acordos de parceria com instituições públicas e privadas para realização de pesquisa;
Autoriza a concessão de bolsas de estímulo à inovação no ambiente produtivo.

Lei n.º 8.745/93 Trata da contratação por tempo determinado para atender a excepcional interesse público

Inclui a possibilidade de admissão de pesquisador, de técnico ou de tecnólogo para projeto de pesquisa com prazo determinado.

muda
do a partir
13.243/16,
gal consiste
ção de nove
xistentes

... em
... cia de
... via
... ento, que
... rar royalties

Em 2015, a receita com royalties totalizou **R\$509.015,89**, o que representa **0,03% do orçamento** total da UFRGS

14 cultivares protegidas no Ministério da Agricultura, que geram **entre 70 e 90 contratos de licenciamento** por ano

Fonte: Sedetec e Pró-Reitoria de Planejamento e Administração (PROPLAN)



Modelo da molécula montanina que foi isolada pelo professor José Angelo Zuanazzi e teve sua patente licenciada pela empresa Biozeus

Concepções diversas

No Laboratório de Metalurgia Física (LAMEF) da Escola de Engenharia da UFRGS, as interações acadêmicas fazem parte do funcionamento regular, sendo as parcerias desenvolvidas com o setor produtivo público e privado um ponto de partida para os projetos. De fato, grande parte de seu financiamento vem justamente das empresas. Com as duas pontas do ciclo de inovação intimamente conectadas, a transposição da pesquisa para a aplicação final na sociedade se dá como uma operação constitutiva do trabalho.

Segundo o professor Telmo Strohaecker, coordenador do LAMEF, o foco de atuação tem sido, nos últimos anos, o desenvolvimento de tecnologia com o depósito de patentes. Um exemplo é a incorporação feita pela Petrobras de soluções de conectores e tubulações desenvolvidas por doutorandos vinculados ao LAMEF que foram patenteadas. Com isso, a empresa dispensou o uso de patentes internacionais em troca de um padrão próprio.

Em 2014, o laboratório foi constituído como uma unidade da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii), que compartilha riscos de projetos com as empresas para estimular a inovação. Na prática, isso significa que, para cada real colocado por uma empresa no laboratório, há uma contrapartida imediata de mesmo valor aportada pela Embrapii, o que agiliza o projeto, uma vez que não é preciso entrar em editais de financiamento.

Agilidade – Esses projetos, assim como todos os outros desenvolvidos em cooperação com empresas na UFRGS, passam pelo trâmite previsto na regulação das Interações Acadêmicas. Ou seja, são avaliados em diferentes instâncias da Universidade, recebendo parecer também da auditoria e da promotoria (liga-

das à Advocacia Geral da União), até serem aprovados individualmente pelo Conselho Universitário (CONSUN). O professor Frantz, pró-reitor de Pesquisa, ressalta que, com a intenção de acompanhar o ritmo do setor produtivo, foi desenvolvido um sistema eletrônico para que as instâncias avaliadoras recebam o projeto concomitantemente. Mesmo que alguma delas retorne com diligências, o andamento não fica emperrado. Dá-se, portanto, dinamicidade sem prejuízo do controle amplo.

Frantz, assim como o professor Telmo, crê que as interações com o setor produtivo são imprescindíveis, devendo estar no cotidiano do ambiente acadêmico. “A Universidade é parte da sociedade e tem que se relacionar com as demais entidades públicas ou privadas que a compõem. Se há demanda de determinado setor em que temos expertise e que poderá gerar impacto na sociedade, então deve haver interação”, justifica o pró-reitor.

Para ele, trata-se de uma questão de desenvolvimento estratégico do país. Frantz acredita que o Marco Legal é um esforço necessário – e que já vem tarde – para colocar o Brasil em condições de competir no cenário internacional. “Nos países desenvolvidos, houve uma integração de esforços entre o público e o privado – Alemanha e EUA, por exemplo, têm uma carteira de investimentos que não é puramente pública. Eles usaram recursos de todas as fontes, sem cercear investimentos na área de pesquisa e desenvolvimento científico, inclusive com mecanismos de facilitação”, argumenta.

Esse raciocínio, entretanto, não é unânime. A professora Maíra Baumgarten sugere que “não temos de copiar modelos, temos de pensar na nossa realidade concreta”. Coordenadora do Laboratório de Divul-

gação de Ciência, Tecnologia e Inovação Social (LaDCIS) do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFRGS, ela comenta que, historicamente, no Brasil, ciência e tecnologia têm sido feitas principalmente nas universidades e empresas públicas. As empresas privadas optaram por não ter estrutura de pesquisa e desenvolvimento (P&D), porque era mais fácil e barato importar. Maíra sugere que não podemos nos limitar a uma ideia tradicional em que se parte da ciência básica para chegar à tecnologia e só então beneficiar a sociedade. “Essa é uma perspectiva equivocada. Toda tecnologia é construída por escolhas: se se parte de uma lógica de lucro, constrói-se um tipo de resultado; se se parte de uma lógica de inclusão social, constrói-se outro. A tecnologia é uma construção social que pode ser apropriada de formas diferentes, mas, a partir da lógica capitalista, ela segue um viés exclusivista e preocupado com o lucro”, assevera.

Diante do discurso que sugere a integração entre universidade e setor produtivo, a professora levanta alguns questionamentos: “Isso é efetivo e adequado para aumentar a competitividade das empresas? Quanto isso potencializaria o desenvolvimento do país, principalmente considerando que estas, a princípio, não estão interessadas em constituir uma estrutura de P&D?”

Empresa – Adriano Rossi, da Sedetec, aponta que um mecanismo de facilitação introduzido pelo Marco Legal é o fato de a Universidade poder ceder ao parceiro privado a totalidade dos direitos sobre propriedade intelectual mediante compensação (financeira ou não). “Essa forma de flexibilização torna mais atrativa a interação para as empresas, porque elas gostam de ter liberdade quanto à parte econômica

e à questão comercial”, comenta. De qualquer forma, cabe avaliar em cada caso se isso seria interessante, já que, como ele observa, a Universidade pode perder a rastreabilidade daquilo que desenvolveu dentro dos seus laboratórios.

Na perspectiva da Biozeus, outro fator que poderia potencializar as interações seria uma mudança de foco nas pesquisas que já contam com relevância científica, mas têm baixo potencial de mercado. David Pinheiro opina que “é preciso conduzir os estudos visando atender a uma necessidade médica real. Isso minimizaria as falhas ainda no início da pesquisa e permitiria maior chance de levar o desenvolvimento até o mercado”.

Mais uma vez, a professora Maíra apresenta um contraponto a essa visão: “Não dá para colocar dentro da Universidade a lógica de curto prazo e de lucro da empresa. A ciência e a tecnologia se estruturam numa lógica de longo prazo. O setor produtivo trabalha com a eficiência (relação custo-benefício), e a sociedade precisa de eficácia: as coisas têm que funcionar independentemente do tempo que levar”. Embora não seja contrária à relação entre empresas e a Universidade, defende que esta e a sociedade têm de ser beneficiadas. Para ela, o problemático não é apropriar conhecimentos e estabelecer polos e parques tecnológicos. “O complicado é a ambivalência com o recurso público, que é apropriado privadamente pelas empresas, já que o produto final, por exemplo, um medicamento, não vai ser distribuído para a população, mas sim vendido, gerando lucro. Claro, com isso vêm mais empregos, maior arrecadação de impostos, etc., mas o investimento foi público”, pontua.

O professor Zuanazzi comenta que tem observado uma orientação mais pragmática no trabalho de

jovens pesquisadores que planejam de antemão o patenteamento. Já no LAMEF, há algum tempo essa é uma prática consolidada, conforme coloca o professor Telmo: “Hoje a gente não está mais tão interessado em fazer pesquisa e publicar papers para que depois um japonês possa se apropriar do conceito e colocar no mercado. Estamos mais preocupados em gerar a tecnologia e tentar protegê-la com patentes. Assim, saímos daquela amarra de apenas publicar e ir a congressos e passamos a um outro estágio profissional”.

Mediação – A professora Maíra trabalha com divulgação científica, que busca linguagens mais aproximadas entre a população e pesquisadores para tentar formar um espaço de debate público sobre ciência. É nesse sentido que ela se questiona acerca de como o conhecimento deve ser transferido: “A única maneira é pela relação com as empresas? Pode ser que sim, pode ser que não. O que eu acho é que teria de haver uma regulação que pensasse nessa questão mais do ponto de vista da sociedade do que do ponto de vista da empresa”.

Isso não significa que a coordenadora do LaDCIS não considere importante a facilitação e desburocratização da pesquisa trazidas pelo Marco Legal, nem mesmo que a Universidade não deva proteger o conhecimento que produz com patentes. “A ideia é pensar em como desenvolver formas de apropriação social do conhecimento produzido na universidade. No meu entendimento, isso passa muito menos pela integração com as empresas do que por pensar em como fazer ações de extensão mais efetivas, como fazer mediações entre universidade e sociedade, para que esta se aproprie de maneira mais informada do conhecimento”, conclui.

Desenvolvida no LAMEF em parceria com a Petrobras, a Máquina de Soldagem por Fricção com Anel Rotativo ganhou destaque no Prêmio ANP de Inovação Tecnológica 2015

